

nº 15. ano VIII. Departamento de Assuntos Legislativos. 13 de abril de 2012

Notícias Federais

Assuntos Econômicos.....	4
<i>CNI aposta em recuperação lenta da indústria nos próximos meses</i>	<i>4</i>
<i>Seminário conjunto discutirá desindustrialização e desaceleração da economia.....</i>	<i>5</i>
<i>Representante da CNI participará da Comissão de Juristas do Código Comercial</i>	<i>5</i>
<i>Só pessoa física pode constituir uma Eireli</i>	<i>6</i>
<i>Cristovam Buarque anuncia voto contra venda de bebidas nos estádios</i>	<i>8</i>
<i>Comissão vai discutir obrigatoriedade de bula em manipulados.....</i>	<i>8</i>
<i>Projeto isenta de ICMS medicamento de uso contínuo</i>	<i>9</i>
Infraestrutura.....	9
<i>Marco regulatório da internet - Calendário da CESP.....</i>	<i>9</i>
<i>Projeto extingue encargos do setor elétrico</i>	<i>10</i>
Meio Ambiente.....	10
<i>Instalada Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas</i>	<i>10</i>
<i>Projeto do Código Florestal vindo do Senado tem falhas graves, diz relator</i>	<i>11</i>
<i>Câmara debaterá recuperação de áreas contaminadas</i>	<i>13</i>
<i>Projeto estabelece prazo máximo de 90 dias para concessão de licença ambiental.....</i>	<i>13</i>
<i>Comissão rejeita logística reversa para resíduos tecnológicos.....</i>	<i>13</i>
<i>Alteração da Política Nacional de Resíduos Sólidos é rejeitada na CDEIC.....</i>	<i>14</i>
Tributos.....	15
<i>Oportunidade de avanço na área tributária.....</i>	<i>15</i>
<i>Aprovada MP que reduz tributos para beneficiar pessoas com deficiência</i>	<i>16</i>
<i>Alíquotas das contribuições previdenciárias em decorrência do recente pacote de desoneração do Governo</i>	<i>17</i>

nº 15. ano VIII. Departamento de Assuntos Legislativos. 13 de abril de 2012

<i>Comissões mistas para analisar MPs do Plano Brasil Maior são instaladas</i>	20
<i>Ruralistas pedem mudanças em MP sobre tributação do trigo</i>	21
<i>ICMS Interestadual aprovado na CCJ do Senado</i>	22
<i>Decreto traz regras para setor automotivo</i>	23
<i>Caixa anuncia redução de juros</i>	23
<i>Após BB e Caixa, HSBC é 1º banco privado a cortar juros</i>	24
<i>Política Social.....</i>	24
<i>Termina no dia 16 o prazo para consulta pública do projeto de revisão da NBR 16001 - Responsabilidade Social.....</i>	24
<i>Relações de Trabalho.....</i>	25
<i>Para representante do Ministério do Trabalho, ponto eletrônico é um avanço</i>	25
<i>Governo, trabalhadores e empresários concordam em buscar acordo sobre ponto eletrônico.....</i>	25
<i>Aprovada criação de varas da Justiça do Trabalho em Minas Gerais e Paraná</i>	27
<i>Empresas pedem menos tributos e flexibilização das leis trabalhistas para estimular 'software' nacional</i>	27
<i>Seguridade aprova incentivo à formação desportiva de aprendizes.....</i>	29
<i>Especialistas cobram leis contra discriminação racial no trabalho</i>	30
<i>Regras de estágio em debate.....</i>	32

Notícias Estaduais

<i>Assuntos Econômicos.....</i>	33
<i>Indústria do PR teve os melhores índices de emprego e renda no primeiro bimestre</i>	33
<i>Legislativo aprova novas regras para convênios com municípios</i>	34
<i>Assembleia e Câmara de Curitiba assinam convênio para compartilhar espaço da TV Sinal ..</i>	35

nº 15. ano VIII. Departamento de Assuntos Legislativos. 13 de abril de 2012

Instalada na Assembleia a Frente Parlamentar pelo Cooperativismo.....	36
Aprovada a instalação da Frente Parlamentar de Fortalecimento da Gestão Pública	37
Possibilidade de aumento de impostos preocupa indústria de bebidas.....	37
Governador assina convênios para investimentos na cadeia do leite.....	39
Farmácias terão que fornecer bulas para remédios manipulados	39
Crédito barato e qualificação chegam às pequenas empresas do interior	40
Novo presidente do Sindimate quer fomentar a exportação	41
Infraestrutura.....	43
Empresa de telefonia celular comparece ao Legislativo para discutir melhorias no sistema ..	43
CREA-PR apresenta a Agenda Parlamentar 2012 aos deputados.....	44
FIEP promove encontro para discutir o futuro da energia no Estado	45
Projeto de Plauto que autoriza hidrelétrica em Palmeira é aprovado	46
Meio Ambiente.....	47
Governo dará apoio a municípios para manejo de resíduos sólidos.....	47
Material reciclado que une pessoas	47
Sindibebidas inaugura a Central de Materiais Recicláveis em Pinhais	49
Questões Institucionais	50
Governador sanciona lei que amplia a Região Metropolitana de Londrina.....	50
Tributos.....	51
Valores destinados a fundos da infância podem ser deduzidos do IR ainda este ano	51
Relações de Trabalho.....	52
Conselho propõe reajuste de 10,3% para o salário mínimo regional	52

Notícias Federais

Assuntos Econômicos

CNI aposta em recuperação lenta da indústria nos próximos meses

A indústria deve se recuperar nos próximos meses, na avaliação do gerente-executivo de Políticas Econômicas da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Flávio Castelo Branco. "É possível ter dados positivos nos próximos meses, mas a indústria deve mostrar recuperação lenta, mais suave", afirmou em entrevista à imprensa.

Castelo Branco salientou que, no primeiro bimestre do ano, o faturamento real da indústria registrou queda de 0,7% na comparação com o mesmo período de 2011 e que o volume de horas trabalhadas ficou 1% menor nessa base de comparação. "A indústria está trabalhando hoje em um nível inferior do que nos dois primeiros meses de 2011", comparou. "O quadro de início de ano de dificuldade é claro", acrescentou.

O executivo ressaltou que, apesar dessa queda, o faturamento da indústria cresceu 1,5% em fevereiro ante janeiro, já dessazonalizado. "Essa ambiguidade vem desde o fim de 2011. Vemos que os números estão alternando entre meses positivos e negativos. Isso não nos permite traçar uma trajetória clara da indústria em termos de recuperação."

Para ele, o quadro internacional está menos incerto, há retomada do ciclo da queda de juros, a taxa de câmbio está mais valorizada e a adoção de medidas setoriais pelo governo são fatores positivos. "A demanda doméstica também segue em alta, mas não tão forte quando em 2010", comparou.

Na opinião dele, há dificuldade de que a demanda doméstica alcance o segmento industrial, por conta da alta competitividade dos produtos estrangeiros, do câmbio, do aumento de custo com encargos trabalhistas, de energia elétrica, além da elevada carga tributária. "Mesmo assim, o quadro está um pouco menos agudo do que em 2011."

Câmbio, a grande dificuldade: Apesar da elevação recente da taxa de câmbio, o assunto ainda é uma pedra no sapato da indústria. "A própria abertura da economia, que trouxe insumos de importados, faz com que o câmbio tenha impactos heterogêneos entre os setores", declarou Castelo Branco. Ele destacou que o câmbio afeta negativamente a competitividade dos produtos brasileiros. "A manutenção do câmbio mais desvalorizado certamente vai ajudar, mas a taxa tem oscilado bastante. E taxas mais desvalorizadas foram vistas em períodos de maior instabilidade no mercado internacional."

Para Castelo Branco, as medidas tomadas pelo governo recentemente ajudaram a diminuir a atratividade de entrada de dólares no Brasil, embora a indústria ainda tenha dificuldades para competir com produtos estrangeiros. "A competitividade dos produtos brasileiros é um desafio permanente."

nº 15. ano VIII. Departamento de Assuntos Legislativos. 13 de abril de 2012

Novo salário mínimo pode ajudar: A indústria acredita que o reajuste do salário mínimo no início do ano - pago a partir de fevereiro - possa impulsionar a produção fabril. Para Castelo Branco, esse movimento tende a ser mais rápido do que as medidas anunciadas pelo governo para impulsionar o setor. "Muitas das medidas anunciadas em agosto só começaram a se efetivar no início de 2012", declarou, citando a desoneração da folha de pagamentos para quatro setores e o Reintegra, programas do Plano Brasil Maior anunciado no ano passado. Em março, houve uma segunda etapa de ampliação do pacote do governo para estimular a indústria.

"O que pode dar impacto é a expectativa de maior demanda com o recebimento dos reajustes previdenciários e do salário mínimo em janeiro", comentou. A elevação da renda pode aumentar o volume de encomendas para indústria. "Mas ainda é difícil avaliar quanto."

Fonte: Blog RT

Seminário conjunto discutirá desindustrialização e desaceleração da economia

Foi aprovado na Comissão de Desenvolvimento, Indústria e Comércio – CDEIC – da Câmara requerimento de realização de seminário conjunto com as Comissões de Ciência e Tecnologia; Finanças e Tributação; de Trabalho, Administração e Serviços Públicos; e com a participação da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, para debater o processo de desindustrialização do Brasil e a desaceleração da economia nacional. O seminário contará com a participação da CNI, de empresários do setor produtivo e de representantes do Governo Federal.

Fonte: CNI

Representante da CNI participará da Comissão de Juristas do Código Comercial

A Comissão Especial (CESP) que analisará o Novo Código Comercial (PL 1572/11) definiu os membros da Comissão de Juristas que auxiliará nos debates do tema. Além do Dr. Fábio Ulho Coelho, idealizador do projeto, participará da referida Comissão o Dr. Sérgio Campinho, consultor da Diretoria Jurídica da CNI. A relatora da matéria na Comissão de Juristas será a Dra. Ana Frazão, Diretora da Faculdade de Direito da UNB.

Os deputados também definiram que serão realizadas seis reuniões regionais: duas na região Sudeste (São Paulo e Rio de Janeiro); duas na região Nordeste (Bahia e Ceará); e uma em cada uma das regiões Sul (Rio Grande do Sul), Norte (Pará) e Centro-Oeste (Mato Grosso do Sul). Foram aprovados requerimentos convidando os Ministros da Indústria e Comércio; da Fazenda e da Justiça para serem ouvidos sobre o tema.

nº 15. ano VIII. Departamento de Assuntos Legislativos. 13 de abril de 2012

Ficou para a próxima reunião da CESP, que será realizada no próximo dia 18/4, a definição das relatorias-parciais. Ainda resta o prazo de treze sessões para a apresentação de emendas.

Fonte: CNI

Microempresa

Só pessoa física pode constituir uma Eireli

Está em vigor desde janeiro a Lei nº 12.441, de 2011, que permite a criação da Empresa Individual de Responsabilidade Limitada (Eireli) - cujo patrimônio não se confunde com o próprio negócio. Ponto de destaque é o fim da ficção. Até então, pelo menos dois sócios eram obrigatórios. Na Eireli basta apenas uma pessoa, preservada a limitação da responsabilidade.

Entendemos que pessoa jurídica não pode constituir uma Eireli. Embora a lei não seja expressa ao cuidar das limitações, deixa a brecha para perceber que se trata de norma voltada para pessoas físicas. Pesquisando a tramitação do processo legislativo, se observa que a redação inicial era outra: somente pessoa natural poderia criar uma Eireli.

Posteriormente, algumas alterações foram introduzidas. No intuito de substituir determinada palavra, houve a supressão de um entendimento. Antes, o texto dizia que a empresa individual de responsabilidade limitada será constituída por um único sócio, pessoa natural. A partir da alteração, passou a afirmar que a empresa individual de responsabilidade limitada será constituída por uma única pessoa. Nessa linha, alguns juristas entendem que o termo pessoa vale para físicas e jurídicas.

Em tese, estão certos. Mas analisado o processo legislativo, fica claro que houve lapso por parte do relator do projeto substituto, deputado Marcelo Itagiba, e não supressão deliberada da expressão natural, caso em que o parlamentar teria justificado a alteração e a sua intenção. É certo, contudo, que os tribunais serão chamados a se pronunciar. Até lá, fica valendo a IN/DNRC nº 117, de 2011, que aprovou o Manual de Atos de Registro de Empresa Individual de Responsabilidade Limitada, consignando que somente pessoas físicas podem constituir uma Eireli.

Alguns juristas entendem que medida vale para pessoas físicas e jurídicas

Outros caminhos existem para se aquilatar o alcance único da Eireli às pessoas físicas. Um deles é o direito comparado. Em Portugal, por exemplo, o Decreto-Lei nº 248, de 1986, traz no artigo 1º a resposta, indicando que lá somente a pessoa singular (física) que exerça ou pretenda exercer uma atividade comercial pode constituir estabelecimento individual de responsabilidade limitada.

É importante, também, se valer do estudo da finalidade da norma, posto que de acordo com a Lei de Introdução ao Código Civil, na aplicação da lei, o juiz atenderá aos fins sociais a que ela se dirige e às exigências do bem comum (artigo 5º). Nesse contexto, a pretensão do

nº 15. ano VIII. Departamento de Assuntos Legislativos. 13 de abril de 2012

legislador era suprir uma lacuna que vinha causando problemas apenas para as pessoas físicas.

Ainda em socorro ao nosso entendimento, vale conferir o parágrafo segundo do artigo 980-A do Código Civil: A pessoa natural que constituir empresa individual de responsabilidade limitada somente poderá figurar numa única empresa dessa modalidade. Valesse a EIRELI para pessoa jurídica, o legislador estaria, aqui, tratando com desigualdade as pessoas, restringindo direitos apenas das físicas.

Embora já se fale sobre o tema desde a década de 80, na casa legislativa o projeto circulou por dois anos. A ideia da EIRELI, no entanto, não surgiu no Brasil. Diversos países do continente europeu adotam o modelo. São pelo menos 20 anos de experiência bem-sucedida. Na EIRELI, o capital social deve ser de pelo menos cem vezes o salário mínimo. E a pessoa física que a constituir somente pode figurar em uma única empresa dessa modalidade.

Diferente da firma individual - em que não há a separação entre os patrimônios -, na Eireli há limitação de responsabilidade e o capital social é o próprio limitador. Inclusive, o valor do capital social servirá para dar mais garantias a terceiros. Necessário lembrar que o artigo 50 do Código Civil não foi alterado. Em caso de abuso da personalidade jurídica, o titular da Eireli poderá ser chamado a responder com seus bens pessoais. Isso vale também para a Justiça do Trabalho.

A Eireli poderá ser administrada pelo titular e/ou por não titular, desde que pessoa física. Se estrangeiro, o administrador deverá ter visto permanente e sem impedimento para o exercício da administração. Um empresário individual, poderá se transformar em Eireli e vice-versa. Da mesma maneira, uma sociedade limitada poderá se transformar em Eireli acabando assim com o faz-de-conta que, não raro, gera muita dor de cabeça. O amigo ou parente que apenas emprestou o nome tem agora uma saída. Uma sociedade limitada que seja composta por apenas dois sócios e um deles venha a falecer, também poderá prosseguir, sem necessariamente recompor o quadro de sócios em 180 dias, cabendo ao remanescente transformá-la em Eireli. A sucessão na Eireli se dá por alvará judicial ou na partilha, por sentença judicial ou escritura pública. Contudo, poderão os sucessores optar pela extinção da empresa.

Levando-se em conta que historicamente as firmas individuais e as sociedades limitadas representam mais de 90% das empresas anualmente constituídas no Brasil, acredita-se que boa parte desse número será, a partir de agora, dividido em três segmentos (empresário individual, sociedade limitada e Eireli). Por fim, mas não menos importante, é necessário anotar, com relação ao tratamento tributário - especificamente o Simples Nacional -, que a Receita Federal já enquadrou a Empresa Individual de Responsabilidade Limitada ao lado das sociedades empresária e simples.

Fonte: Blog RT

nº 15. ano VIII. Departamento de Assuntos Legislativos. 13 de abril de 2012

Política Industrial

Cristovam Buarque anuncia voto contra venda de bebidas nos estádios

O senador Cristovam Buarque (PDT-DF) anunciou que votará contra a venda de bebidas nos estádios, possibilidade aberta pelo projeto da Lei Geral da Copa (PLC 10/2012). O texto aprovado na Câmara dos Deputados tramitará nas comissões de Assuntos Econômicos (CAE), de Educação, Cultura e Esporte (CE) e de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) antes de ser votado em Plenário.

- Em muitos lugares, inclusive no Brasil, os jogos de futebol têm sido um espaço de violência, que a gente sabe, é muito incentivada pelo consumo de álcool por uma quantidade grande de pessoas – afirmou o senador.

Embora a regra geral que permitia a venda de bebidas nos estádios tenha sido retirada do texto durante a tramitação na Câmara dos Deputados, foi mantido artigo que suspende normas do Estatuto do Torcedor (Lei 10.671/2003) sobre o tema. Como o estatuto é genérico sobre a venda de bebidas, os estados regulamentaram o assunto de maneira diferente, o que significa que a Federação Internacional de Futebol (FIFA) poderá negociar com cada estado.

- Significa uma submissão muito grande à FIFA, que faz com que a gente mude a lei que prevalece aqui já há algum tempo para servir a um evento futebolístico – opinou o senador.

Em aparte, o senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) reforçou as críticas de Cristovam Buarque à alteração de regras para satisfazer exigências da FIFA e informou que apresentará emendas ao projeto da Lei Geral da Copa, para garantir que seja respeitada a competência dos estados sobre o assunto.

Fonte: Agência Senado

Comissão vai discutir obrigatoriedade de bula em manipulados

A Comissão de Seguridade Social e Família vai realizar audiência pública para discutir a obrigatoriedade da presença de bulas em medicamentos manipulados. O debate foi proposto pela deputada Rosane Ferreira (PV-PR).

A parlamentar explica que “tendo em vista a relevância do assunto para a sociedade e a falta de consenso a respeito da necessidade ou não de bulas nos medicamentos manipulados, é de suma importância a realização de audiência pública sobre o tema”. Ainda segundo Rosane Ferreira, o encontro será uma oportunidade para que as autoridades de diversas instituições se manifestem sobre o assunto.

nº 15. ano VIII. Departamento de Assuntos Legislativos. 13 de abril de 2012

Serão convidados representantes da Comissão de Defesa do Consumidor da Câmara, Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), Associação Nacional de Farmacêuticos Magistrais (Anfarmag) e do Conselho Nacional de Saúde (CNS).

A audiência ainda não tem data e nem local definidos.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

Projeto isenta de ICMS medicamento de uso contínuo

A Câmara analisa o Projeto de Lei Complementar 140/12, do deputado Eduardo da Fonte (PP-PE), que isenta do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) os medicamentos de uso contínuo usados no tratamento de doenças crônicas. Pelo texto, a relação dos medicamentos de uso contínuo será elaborada pelo Ministério da Saúde.

O autor ressaltou que a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) divulgou estudo no qual aponta o ICMS como um dos principais responsáveis pelo alto preço dos medicamentos no Brasil. Em alguns casos, de acordo com o estudo, o ICMS chega a representar 23,45% do preço final do produto. “O estudo da agência aponta que a incidência tributária do ICMS nos medicamentos é mais alta do que nos produtos da cesta básica, mas é igual à maioria dos produtos consumidos no País”, observa.

O parlamentar disse ainda que, em alguns estados, os medicamentos de uso veterinário são isentos de ICMS, enquanto os de consumo humano chegam a pagar uma alíquota interna de 19%.

Tramitação: A matéria vai tramitar nas comissões de Finanças e Tributação (inclusive no mérito) e de Constituição e Justiça e de Cidadania; antes de seguir para Plenário.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

Infraestrutura

Marco regulatório da internet - Calendário da CESP

O dep. João Arruda (PMDB/PR), presidente da Comissão Especial sobre o PL 2126/11 (Marco regulatório da internet), o relator, dep. Alessandro Molon (PT/RJ), e os demais membros da comissão definiram calendário de audiências e seminários para debater o projeto.

Serão realizadas duas audiências públicas em Brasília nos dias 17/4, às 10h30, e 05/6 (local e horário a definir). A primeira sobre direitos dos usuários e a segunda sobre responsabilidade civil de terceiros. Também haverá seminários ao longo de 11 semanas nos estados: RJ, PR, SP, BA, PB e DF.

nº 15. ano VIII. Departamento de Assuntos Legislativos. 13 de abril de 2012

Nesses encontros, serão ouvidos, no total, 64 palestrantes de diversas entidades e associações, academia e governo. Todos os seminários serão realizados às quintas-feiras.

Fonte: CNI

Energia

Projeto extingue encargos do setor elétrico

A Câmara analisa o Projeto de Lei 3173/12, do deputado César Halum (PSD-TO) e outros dez parlamentares. A proposta antecipa a extinção de encargos incidentes sobre o setor energético a partir de 2013, da Reserva Global de Reversão (RGR) e, em 2016, da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE).

Com o objetivo de reduzir as tarifas praticadas no País, o projeto altera leis do setor elétrico (9.648/98 e 10.438/02) que preveem essa extinção em 2035, no caso da RGR, e em 2027, no da CDE.

Conforme a legislação vigente, as quotas de reversão são computadas no custo do serviço das empresas concessionárias com a finalidade de prover recursos para reversão, encampação, expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica. Já a CDE visa ao desenvolvimento energético dos estados e à competitividade da energia produzida a partir de fontes renováveis, entre outros objetivos.

“A extinção prevista se justifica pela utilização de recursos da RGR para fins distintos daqueles que motivaram a sua criação e pela existência de elevado saldo na conta referente a esse encargo tarifário, mantida pela Eletrobrás”, observa César Halum. Em relação à CDE, ele lembra que o projeto prevê a redução será gradual, em parcelas anuais de 25%, até sua total extinção.

Tramitação: O projeto, que tramita em caráter conclusivo, será analisado pelas comissões de Minas e Energia; Finanças e Tributação; e Constituição e Justiça e de Cidadania.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

Meio Ambiente

Instalada Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas

Eleito presidente da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas, o deputado Márcio Macêdo (PT-SE) espera que os próximos meses sejam de “trabalho intenso”, de modo a colaborar com a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20) e seus eventos paralelos. “Vamos trabalhar para que a Rio+20 possa incluir a temática do clima neste momento. Temos um trabalho intenso de fiscalização e de

nº 15. ano VIII. Departamento de Assuntos Legislativos. 13 de abril de 2012

monitoramento em relação às políticas públicas do governo federal frente às mudanças climáticas”, explicou Macêdo.

Em votação simbólica os integrantes da comissão aprovaram requerimento para participação da comissão em reunião preparatória para a iniciativa Rio/Clima (evento paralelo à Rio+20), a ser realizado de 12 a 15 de abril em Recife.

O deputado pretende formar uma agenda comum com as comissões de Meio Ambiente do Senado e da Câmara para que se complementem os projetos que tramitam no Congresso e para que a ênfase seja dada ao desenvolvimento com sustentabilidade.

Agenda de trabalho: A agenda de trabalho será definida na próxima reunião, prevista para terça-feira (17). De acordo com o parlamentar, as prioridades serão, além da Rio+20, o Plano Nacional de Mudanças Climáticas e a seca, como consequência dessas mudanças. Macêdo acrescenta que a comissão também vai ouvir representantes da sociedade civil organizada.

Código florestal: Ao comentar a previsão de votação do Código Florestal na Câmara nos próximos dias 24 e 25, o deputado assinalou que se não for para votar o texto aprovado no Senado, é melhor não votar antes da Rio+20.

Composição: A senadora Vanessa Graziotin (PCdoB-AM) foi eleita vice-presidente da comissão. O senador Sérgio Souza (PMDB-PR), que era o presidente da comissão, será agora relator.

Vanessa lembrou que esta é a única comissão mista em funcionamento no Congresso, além da Comissão de Orçamento, o que mostra a importância do tema. A senadora espera que a comissão marque presença na Rio+20, apesar do pouco tempo até o evento, que ocorre em junho.

Composta por 12 deputados e 12 senadores, a comissão funciona desde 2008 com o objetivo de monitorar e fiscalizar as ações brasileiras para amenizar os impactos do aquecimento global. A comissão acompanha o Plano Nacional de Mudanças Climáticas e monitora a produção de energia de fontes renováveis e o incentivo à ocupação ordenada do solo, além de fiscalizar medidas de gerenciamento de resíduos sólidos e de controle da emissão de gases agravadores do efeito estufa.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

Projeto do Código Florestal vindo do Senado tem falhas graves, diz relator

O relator do novo Código Florestal (PL 1876/99), deputado Paulo Piau (PMDB-MG), ainda está negociando alterações no texto final. O parecer só deve ser apresentado na véspera da votação no Plenário da Câmara, prevista para o dia 24 ou 25 deste mês.

Os detalhes da proposta foram discutidos em reunião do relator com os ministros das Relações Institucionais, do Meio Ambiente, da Agricultura, das Cidades e do

nº 15. ano VIII. Departamento de Assuntos Legislativos. 13 de abril de 2012

Desenvolvimento Agrário. O governo vinha defendendo integralmente o texto aprovado pelo Senado em dezembro do ano passado, mas Piau argumentou que a proposta tem falhas graves que precisam ser corrigidas.

"A Presidência da República ainda não tem a noção exata de que, se aplicar o Código Florestal do jeito que veio do Senado, muitos produtores e trabalhadores rurais desse país seriam expulsos do campo, sobretudo os pequenos. O governo está aberto ao diálogo e os deputados têm, por obrigação, que fazer esse acerto no Plenário da Câmara", defendeu o relator.

A correção, no entanto, está limitada por regras regimentais que só permitem ao relator substituir partes do texto do Senado pelo projeto original que a Câmara aprovou em maio do ano passado. Outra possibilidade de alteração é simplesmente retirar trechos que os senadores aprovaram em dezembro. No relatório preliminar, apresentado em março, Piau havia feito 28 mudanças no texto do Senado, mas só algumas serão mantidas no parecer final.

"Dos 28 pontos apontados no primeiro relatório preliminar, alguns nós já recuamos para deixar o texto do próprio Senado. E outros, nós estamos alterando, sobretudo com relação às áreas consolidadas rurais e as áreas de expansão urbana. Até o final da semana que vem ainda estaremos abertos para as alterações necessárias e justas", declarou.

Apesar de o presidente da Câmara, Marco Maia, ter pedido a divulgação do parecer final do Código Florestal uma semana antes da votação, o relator Paulo Piau vai tentar aplicar uma estratégia diferente a fim de preservar o texto das críticas mais contundentes. A intenção de Piau é divulgar o relatório apenas na véspera da votação em Plenário.

"Na terça-feira, eu passarei o texto de forma confidencial ao presidente Marco Maia. Não é conveniente soltar o texto com tanta antecedência porque os radicais produtores e os radicais ambientalistas, que a imprensa escuta, detonam o relatório durante a semana. Isso não está correto porque apenas uma minoria detonou o relatório, em detrimento de uma maioria que a imprensa, via de regra, não escuta", criticou Paulo Piau.

Na quarta-feira, o governo prorrogou pela quarta vez o decreto que suspende as multas dos proprietários rurais que descumprem a atual lei ambiental por desmatamento. Dessa vez, a prorrogação é por apenas dois meses, o que, segundo Paulo Piau, é prazo suficiente para a transformação do novo Código Florestal em lei, com regras definitivas para as áreas ambiental e agrícola. Com isso, o relator acredita que está afastada qualquer possibilidade de deixar a votação do Código para depois da Rio+20, a conferência da ONU sobre meio ambiente prevista para julho, no Rio de Janeiro.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

nº 15. ano VIII. Departamento de Assuntos Legislativos. 13 de abril de 2012

Câmara debaterá recuperação de áreas contaminadas

A Comissão de Indústria e Comércio (CDEIC) aprovou requerimento para realização de audiência pública que debaterá o PL 2732/2011, que trata da prevenção e recuperação de áreas contaminadas e consta da Agenda Legislativa da Indústria de 2012.

Fonte: CNI

Projeto estabelece prazo máximo de 90 dias para concessão de licença ambiental

A Câmara analisa o Projeto de Lei 2941/11, do deputado Ronaldo Benedet (PMDB-SC), que fixa prazo máximo de 90 dias para órgãos ambientais decidirem sobre pedidos de concessão ou renovação de licença ambiental. A proposta altera a Lei 6.938/81, que estabelece a Política Nacional do Meio Ambiente.

Benedet explica que o objetivo é dar celeridade aos procedimentos de licenciamento ambiental. “O Estado tem o dever de proteger o meio ambiente, mas não podemos admitir que a demora nas vistorias e nos estudos de impacto ambiental sirva de entrave à implantação de empreendimentos, afugentando novos investimentos”, argumenta o deputado.

A Lei 6.938/81 exige o prévio licenciamento ambiental para a construção, a instalação, a ampliação e o funcionamento de estabelecimentos e atividades, considerados potencialmente poluidores ou capazes de causar degradação ambiental.

Tramitação: A proposta tramita em conjunto com o PL 3729/04. As propostas serão analisadas pelas comissões de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania, antes de serem votadas pelo Plenário.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

Gestão de Resíduos Sólidos

Comissão rejeita logística reversa para resíduos tecnológicos

A Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio rejeitou o Projeto de Lei 2045/11, do deputado Penna (PV-SP), que regulamenta a logística reversa de resíduos tecnológicos, como baterias e computadores.

A rejeição foi pedida por parlamentares que entendem que a Lei de Resíduos Sólidos (Lei 12.305/10) já obriga as empresas a implantar a política de logística reversa (retorno de produtos descartados para a fábrica).

O deputado Guilherme Campos (SP), líder do PSD, ponderou que a lei ainda é recente e está sendo aos poucos aplicada, mediante a construção de acordos entre o Poder Público e a

nº 15. ano VIII. Departamento de Assuntos Legislativos. 13 de abril de 2012

iniciativa privada. Para ele, uma mudança agora poderia atrapalhar as negociações. “A mudança na legislação pode ser um complicador para o que está sendo construído. Isso cria insegurança e instabilidade para a correta aplicação da lei.”

Já o deputado Afonso Florence (PT-BA) lembrou que o assunto pode ser tratado por meio de decreto do Executivo. O relator da proposta, deputado Mandetta (DEM-MS), chegou a apresentar um parecer pela aprovação da proposta, com substitutivo, que acabou vencido na votação.

Tramitação: Sujeito à análise do Plenário, o projeto ainda será examinado nas comissões de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

[Política Industrial](#)

Alteração da Política Nacional de Resíduos Sólidos é rejeitada na CDEIC

A Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio (CDEIC) da Câmara dos Deputados rejeitou o parecer do deputado Mandetta (DEM/MS), na forma de substitutivo, pela aprovação do PL 2045/2011. O projeto original, de autoria do deputado Penna (PV/SP), estabelece normas, prazos e sanções relativos à coleta e à destinação ambientalmente adequada de resíduos tecnológicos. O substitutivo do relator mantinha o texto do projeto original e avançava contra o marco legal ao propor a revogação dos dispositivos da Lei da Política Nacional Resíduos Sólidos (PNRS) que determinam a estruturação do sistema de logística reversa dos produtos eletroeletrônicos e de seus componentes por meio do Comitê Orientador da Logística Reversa, implantado no âmbito do Poder Executivo.

Rejeitado o parecer do primeiro relator, foi designado como relator do vencedor da primeira votação o deputado Guilherme Campos (PSD/SP), que apresentou parecer concluindo pela rejeição do projeto original. Esse novo parecer foi aprovado pelos membros da Comissão, contra o voto do deputado Mandetta (DEM/MS), cujo parecer passou a constituir Voto em Separado.

A CNI era divergente à proposição original, por entender que várias das regras por ela propostas já estão previstas, literal ou similarmente, em outras normas jurídicas.

O Código de Defesa do Consumidor (Lei 8.078/90) já determina apresentação de informações como condição para a comercialização de produtos. Adicionalmente, a proposta de que se concentrem nos fabricantes, importadores e comerciantes as responsabilidades do sistema de logística reversa conflita com a PNRS que determina que tais responsabilidades sejam compartilhadas entre os diversos atores da gestão de resíduos sólidos.

A CNI também foi divergente ao substitutivo proposto pelo primeiro relator, por considerar que a PNRS já estabelece que a normatização da logística reversa se dê como resultado de

nº 15. ano VIII. Departamento de Assuntos Legislativos. 13 de abril de 2012

acordos setoriais estabelecidos no âmbito do Comitê Orientador de Logística Reversa e seus grupos de trabalhos temáticos. A PNRS é marco legal adequado, completo e suficiente para regulamentar o recolhimento dos resíduos tecnológicos, em fase de consolidação e plena aplicação. Qualquer proposta que vise alterar a atual legislação prejudicará os resultados até aqui alcançados, e o esforço do setor eletroeletrônico, em conjunto com os órgãos governamentais, na execução do respectivo acordo setorial.

O projeto tramitará ainda pelas Comissões de Meio Ambiente (CMADS) e de Constituição e Justiça (CCJC), e está sujeito à apreciação pelo Plenário em regime de tramitação ordinária.

Fonte: CNI

Tributos

Oportunidade de avanço na área tributária

A reforma tributária é uma daquelas mudanças sempre faladas, prometidas, mas nunca efetuadas. Faz sentido, porque, afinal, mudar as regras de coleta e distribuição da receita tributária entre os diversos entes federativos não é tarefa simples numa democracia. Requer muita conversa, negociações e barganhas em busca de consensos mínimos, nem sempre atingidos.

Assim como a da política, a reforma tributária pode ter seu trânsito facilitado se o percurso for efetuado em etapas, sem mudanças heroicas (na reforma política, sequer elas são necessárias). No caso dos tributos, já seria importante aperfeiçoamento a unificação das regras do ICMS, no lugar das 27 existentes.

A questão, porém, gera grande controvérsia, porque a uniformização de alíquotas do imposto na prática eliminaria o poder de fogo dos estados na guerra fiscal, algo de difícil digestão em algumas regiões, em especial o Nordeste e Norte.

Mas, no momento, transcorre uma ampla conversação sobre um minipacote tributário no qual estão alguns ingredientes sugestivos. Um dos objetivos da iniciativa é, por meio da Resolução 72, a ser votada no Senado, unificar-se em 4% o ICMS sobre a circulação de mercadorias importadas. A alíquota é baixa para eliminar o subsídio que alguns estados com portos, e mesmo sem, concedem a importadores, em detrimento da indústria nacional —, algo insensato no momento em que a produção interna enfrenta dificuldades para competir com o exterior.

Nesta alteração, perdem o Espírito Santo, Santa Catarina e Goiás — as vantagens são tão atraentes que compensam levar a mercadoria do litoral para desembarcá-la no Centro do Brasil. Algo lhes será oferecido em troca. E para atrair todos à negociação, Brasília colocou no pacote antiga reivindicação dos estados: substituir o IGP-DI como indexador de suas dívidas.

É fato que este índice, mais lépido que os demais, gerou grande passivo, embora os estados cumpram os compromissos. Já se sugeriu o IPCA — índice oficial da inflação —, e agora

nº 15. ano VIII. Departamento de Assuntos Legislativos. 13 de abril de 2012

parece haver acordo em torno da Selic, taxa básica de juros fixada pelo Copom (BC). Faz sentido a alteração, contanto, como exige o governo, que não se altere sequer uma vírgula na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). A troca de indexador não pode servir de sinal verde à gastança na Federação.

Há, ainda, no pacote, uma proposta de emenda constitucional (PEC) para equilibrar a distribuição do ICMS cobrado no comércio eletrônico, hoje todo ele recolhido na origem. A PEC está sobre a mesa de negociação porque, em alguma medida, sua aprovação também compensa perdas de estados que podem ficar impedidos de subsidiar importações.

O espaço aberto para estes acertos tributários precisa ser aproveitado para a abordagem de um tema estratégico: o novo Fundo de Participação dos Estados. O atual foi declarado inconstitucional pelo Supremo, e o Congresso precisa aprovar novas bases de rateio de impostos entre a Federação para entrarem em vigor em 1 de janeiro, o que está sendo chamado, de maneira pomposa, de “novo pacto federativo”. O Senado instituiu uma “comissão de notáveis” para fazer uma proposta. Como a fórmula costuma não funcionar no Brasil, os políticos deveriam, o quanto antes, tratar da questão. E sem esquecer que esta é a chance de se acabar com a excessiva concentração de recursos em poder da União.

Fonte: Blog RT

Aprovada MP que reduz tributos para beneficiar pessoas com deficiência

O Plenário aprovou a Medida Provisória 549/11, que reduz a zero as alíquotas do PIS/Pasep e da Cofins incidentes sobre a importação e a receita de venda no mercado interno de produtos destinados a beneficiar pessoas com deficiência. Aprovada na forma do projeto de lei de conversão do deputado Sandro Mabel (PMDB-GO), a matéria será analisada ainda pelo Senado.

Uma das mudanças feitas pelo relator foi a inclusão dos neuroestimuladores usados por pessoas portadoras do Mal de Parkinson entre os equipamentos beneficiados pela isenção. Mabel também concedeu isenção para softwares de sintetizadores de voz e de conversão do texto em caracteres braile.

O benefício faz parte do Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, batizado pelo governo de Viver Sem Limite. Ele reúne ações estratégicas em educação, saúde, cidadania e acessibilidade.

Inclusão digital: Segundo dados do Ministério da Fazenda, a renúncia prevista de receitas com a isenção de produtos para as pessoas com deficiência é de R\$ 161,99 milhões para 2012 e de R\$ 178,80 milhões em 2013.

Vários equipamentos isentos estão relacionados à acessibilidade digital, como mouses com acionamento por pressão, teclados adaptados, digitalizadores de imagens (scanners) equipados com sintetizador de voz e impressoras braile.

nº 15. ano VIII. Departamento de Assuntos Legislativos. 13 de abril de 2012

Também contam com isenção desde 18 de novembro do ano passado, data de publicação da MP, as máquinas e linhas braile, calculadoras equipadas com sintetizador de voz, lupas eletrônicas e partes e peças para cadeiras de rodas.

Na área médica, a MP isenta desses tributos as próteses oculares, implantes cocleares (equipamento eletrônico que permite que pessoas surdas escutem) e aparelhos de surdez.

Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontam que 45,6 milhões de pessoas têm algum tipo de deficiência, o que corresponde a 23,91% da população brasileira.

Pequenos produtores de bebidas: O Plenário aprovou simbolicamente emenda do deputado Carlos Zarattini (PT-SP) à Medida Provisória 549/11 para acabar com a cobrança, na fonte, do PIS/Pasep e da Cofins dos pequenos produtores de bebidas. A tributação continuaria a ser fiscalizada por meio do sistema de controle de produção e de vazão.

Entretanto, o líder do governo, deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP), não garantiu que a mudança seja sancionada pela presidente Dilma Rousseff.

A MP foi aprovada na forma do projeto de lei de conversão do deputado Sandro Mabel (PMDB-GO).

Fonte: Agência Câmara de Notícias

Alíquotas das contribuições previdenciárias em decorrência do recente pacote de desoneração do Governo

Foi publicada no dia 04/04/2012, a Medida Provisória nº 563, alterando a alíquota das contribuições previdenciárias incidentes sobre a folha de salários, para algumas atividades econômicas, com vigência a contar de 01/08/2012.

Para melhor explicarmos as alterações, faz-se necessário um pequeno histórico.

I) 01/09/2009 a 30/11/2011

No período compreendido entre 01/09/2009 e 30/11/2011 esteve em vigor a Lei nº 11.774/2008 (advinda da MP 428/2008), que trazia uma redução na contribuição previdenciária devida por empresas de TI – Tecnologia da Informação – e TIC – Tecnologia da Informação e Comunicação.

Por esta legislação, a contribuição previdenciária de 20%, incidente sobre o total da folha de pagamento (inciso I do artigo 22 da Lei nº 8.212/91) e também sobre a remuneração de autônomos e sócios (inciso III do mesmo artigo), se encontravam reduzidas. Esta redução seria de 1/10 do seguinte cálculo:

Total da receita bruta de vendas de bens e serviços

O passo a passo para o cálculo encontra-se descrito no Decreto nº 6.945/2009 e referida benesse abrangia somente as seguintes empresas de TI e TIC:

- a) Análise e desenvolvimento de sistemas;

nº 15. ano VIII. Departamento de Assuntos Legislativos. 13 de abril de 2012

- b) Programação;
- c) Processamento de dados e congêneres;
- d) Elaboração de programas de computadores, inclusive de jogos eletrônicos;
- e) Licenciamento ou cessão de direito de uso de programas de computação;
- f) Assessoria e consultoria em informática;
- g) Suporte técnico em informática, inclusive instalação, configuração e manutenção de programas de computação e bancos de dados;
- h) Planejamento, confecção, manutenção e atualização de páginas eletrônicas;
- i) Call center.

II) 01/12/2011 a 31/07/2012

A ideia inicial era que as regras dispostas na Lei nº 11.774/2008 vigorassem por 5 anos, a contar de 01/09/2009.

No entanto, a contar de 01/12/2011 entrou em vigor a Lei nº 12.546/2011 (advinda da MP nº 540), com regras ainda mais benéficas, as quais deveriam permanecer até 31/12/2014.

Pela nova legislação, as contribuições de 20% incidentes sobre a folha de salários (inciso I do artigo 22) e incidentes sobre remuneração de autônomos e sócios (inciso III) foram substituídas por uma contribuição incidente sobre a receita bruta dos empreendimentos. Note-se que as contribuições para o financiamento do SAT (Seguro de Acidentes de Trabalho) e para Terceiros (SESI, SENAI, SESC, SENAC, etc) permaneceram inalteradas.

São, portanto, as regras atualmente vigentes (até 31/07/2012):

Alíquota de 2,5%

- Incide sobre o valor da receita bruta (excluídas as vendas canceladas e os descontos incondicionais concedidos), deduzindo-se, deste montante, apenas a receita decorrente de exportações.
- O valor deverá ser recolhido na mesma data de recolhimento das demais contribuições previdenciárias, ou seja, até o dia 20 do mês subsequente.
- Devida pelas empresas de tecnologia da informação (TI), tecnologia da informação e comunicação (TIC) e call center (letras a a i do item I, supra).

Alíquota de 1,5%

- Incide sobre o valor da receita bruta (excluídas as vendas canceladas e os descontos incondicionais concedidos), deduzindo-se, deste montante, apenas a receita decorrente de exportações.
- O valor deverá ser recolhido na mesma data de recolhimento das demais contribuições previdenciárias, ou seja, até o dia 20 do mês subsequente.
- Devida pelas empresas contempladas no artigo 8º da Lei nº 12.546/2011 (que se reporta à tabela TIPI, Decretos 6.006/2006 e 7.660/2011. Ver tabela descritiva no anexo deste informativo.

nº 15. ano VIII. Departamento de Assuntos Legislativos. 13 de abril de 2012

Exercício de Múltiplas atividades

- Sobre a parcela da receita bruta correspondente aos produtos das tabelas acima, recolher 2,5% ou 1,5%, conforme o caso; e
- Sobre o total da remuneração da folha de pagamento (empregados, avulsos, empresários e autônomos) aplicar a alíquota correspondente ao seguinte cálculo:

III) 01/08/2012 a 31/12/2014

Com a nova MP nº 563, publicada nesta data de 04/04/2012, a contar de 08/2012 novas empresas foram contempladas com a nova regra de contribuição.

Também as alíquotas que incidem sobre a receita bruta foram reduzidas, da seguinte forma:

Alíquota de 2,0%

- Incide sobre o valor da receita bruta (excluídas as vendas canceladas e os descontos incondicionais concedidos), deduzindo-se, deste montante, apenas a receita decorrente de exportações.
- O valor deverá ser recolhido na mesma data de recolhimento das demais contribuições previdenciárias, ou seja, até o dia 20 do mês subsequente.
- Devida pelas empresas de tecnologia da informação (TI), tecnologia da informação e comunicação (TIC) e call center (letras a a i do item I, supra). Inclusão das empresas que exercem atividade de concepção, desenvolvimento ou projeto de circuitos integrados e também do setor hoteleiro (CNAE 5510-8/01).

Alíquota de 1,0%

- Incide sobre o valor da receita bruta (excluídas as vendas canceladas e os descontos incondicionais concedidos), deduzindo-se, deste montante, apenas a receita decorrente de exportações.
- O valor deverá ser recolhido na mesma data de recolhimento das demais contribuições previdenciárias, ou seja, até o dia 20 do mês subsequente.
- Devida pelas empresas contempladas no artigo 8º da Lei nº 12.546/2011 que se reporta à tabela TIPI, Decretos 6.006/2006 e 7.660/2011.

Exercício de Múltiplas atividades

- Sobre a parcela da receita bruta correspondente aos produtos das tabelas acima, recolher 2,5% ou 1,5%, conforme o caso; e
- Sobre o total da remuneração da folha de pagamento (empregados, avulsos, empresários e autônomos) aplicar a alíquota correspondente ao seguinte cálculo:

nº 15. ano VIII. Departamento de Assuntos Legislativos. 13 de abril de 2012

ANEXOS:

[0011a - MP 563 - abril 2012.doc](#)

[0011b - Empresas beneficiadas.xls](#)

Fonte: Blog RT

Comissões mistas para analisar MPs do Plano Brasil Maior são instaladas

Duas comissões mistas foram instaladas para analisar medidas provisórias destinadas a incentivar a competitividade da indústria nacional. A primeira delas é a MP 563/12, que, entre outras iniciativas, amplia o processo de desoneração da folha de pagamento de setores de serviços e da indústria de transformação. A outra é a MP 564/12, que injeta R\$ 45 bilhões da União no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para ampliar sua capacidade de fornecer crédito de longo prazo.

O senador Francisco Dornelles (PP-RJ) presidiu a instalação das duas comissões e anunciou parte de seus integrantes. A comissão da MP 563/12 será presidida pelo deputado Newton Lima (PT-SP) e terá como vice-presidente e relator, respectivamente, os senadores Acir Gurgacz (PDT-RO) e Romero Jucá (PMDB-RR). A relatora revisora será a deputada Rebecca Garcia (PP-AM).

A comissão da MP 564/12 terá o senador Wellington Dias (PT-PI) como presidente e o deputado Danilo Forte (PMDB-CE) como relator. Até o momento, não foram indicados parlamentares para os cargos de vice-presidente e relator revisor.

O deputado Newton Lima quer aproveitar a análise da MP 563/12 para discutir o fortalecimento da competitividade industrial brasileira. Já Danilo Forte pretende ouvir segmentos beneficiados pelo Plano Brasil Maior, durante a análise da MP 564/12, e colocá-la em votação até o final de junho.

Alíquota zero: A desoneração da folha salarial proposta na MP 563/12 reduz a zero a alíquota de contribuição previdenciária patronal nos setores de serviços e indústria de transformação. A medida teria uma dupla finalidade: incentivar a competitividade pelo reforço nos investimentos e ampliar a formalização da mão de obra.

Com essa mudança na alíquota, a União deverá cobrir eventuais perdas do Fundo do Regime Geral de Previdência Social. Como a iniciativa passará a valer a partir de julho, estima-se uma renúncia fiscal líquida de R\$ 1,790 bilhão em 2012. Para os anos de 2013 e 2014, respectivamente, a expectativa de renúncia está em R\$ 5,221 bilhões e R\$ 5,534 bilhões.

Tecnologia e inovação: A injeção de R\$ 45 bilhões em verbas federais no caixa do BNDES é apenas uma das ações inseridas na MP 564/12 para estimular a competitividade do setor produtivo interno. A proposta eleva o limite de financiamentos do BNDES com subvenção da União para R\$ 227 bilhões, desde que se destinem à modernização do parque industrial, envolvam inovação tecnológica e agreguem valor às cadeias produtivas.

nº 15. ano VIII. Departamento de Assuntos Legislativos. 13 de abril de 2012

Para enfrentar os efeitos da crise internacional sobre as exportações brasileiras, essa MP também estabelece incentivos para ampliar a participação de empresas de micro, pequeno e médio portes no comércio externo. E inclui mais setores no programa BNDES Revitaliza, como o calçadista, o de equipamentos de informática e periféricos, e o de material eletrônico e de comunicações, para ajudá-los a agregar mais valor e tornar sua produção mais eficiente, fortalecendo sua inserção no mercado externo.

Rebecca Garcia já apresentou emenda à MP para beneficiar o polo de duas rodas da Zona Franca de Manaus. A alteração aumenta de 15% para 35% o Imposto Sobre Produtos Industrializados, incidente sobre a importação de até 50 cilindradas. "É um cargo de extrema importância e vai garantir uma posição forte do Amazonas nesse debate, que tem um dos mais importantes polos industriais do País", avaliou.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

Ruralistas pedem mudanças em MP sobre tributação do trigo

Integrantes da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, além da Frente Parlamentar da Agropecuária, estiveram com o presidente da Câmara, Marco Maia, para pedir que não coloque em votação a Medida Provisória 552/11 até haver acordo sobre o texto. A MP, entre outros assuntos, isenta de PIS/Pasep e Cofins, até dezembro, a importação e venda no mercado interno de trigo, farinha de trigo e pré-misturas de pão comum.

Segundo o coordenador da frente, deputado Moreira Mendes (PSD-RO), a MP pode trazer prejuízos aos produtores rurais, ao também proibir o uso de crédito tributário em operações que envolvam produtos alimentícios isentos de PIS e Cofins. "A proposta contida na MP vai onerar em cerca de 9% a produção", alertou.

Para o deputado Alceu Moreira (PMDB-RS), que também participou da reunião com Marco Maia, a MP compromete a capacidade competitiva da agroindústria: "É preciso convencer o Ministério da Fazenda de que isso é absolutamente danoso para setores como leite, trigo, arroz, batata e cebola. Eles estão todos com grandes problemas a partir dessa tributação."

De acordo com Moreira Mendes, um grupo de parlamentares da bancada ruralista deve se encontrar nesta quinta-feira (12) de manhã com o líder do governo, deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP), para negociar um encontro com técnicos do Ministério da Fazenda.

A 552/11 é uma das oito MPs com prazo de tramitação vencido que trancam a pauta da Câmara.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

nº 15. ano VIII. Departamento de Assuntos Legislativos. 13 de abril de 2012

Impostos

ICMS Interestadual aprovado na CCJ do Senado

As Comissões de Constituição e Justiça (CCJ), e Assuntos Econômicos (CAE) apreciaram no Senado, o PRS 72/10, de autoria do senador Romero Jucá (PMDB/RR), que uniformiza a cobrança de ICMS em operações interestaduais com bens e mercadorias importados.

Após acirrados debates, a CCJ aprovou o voto em separado – VTS – apresentado pelo senador Armando Monteiro (PTB/PE), pela constitucionalidade do projeto.

O senador Ricardo Ferraço (PMDB/ES), relator da matéria nessa Comissão, havia apresentado parecer pela inconstitucionalidade do projeto de resolução sob a alegação de que o Senado não possui competência para legislar sobre incentivos fiscais e que o tema é afeto à competência de lei complementar.

Contudo, sobreveio a argumentação trazida pelo VTS do senador Armando Monteiro.

O voto, fundamentado no mesmo artigo constitucional invocado por Ferraço, afirma que a alteração de alíquotas é, sim, matéria de competência senatorial, dado que o PRS cuida da repartição, entre os entes federados, da arrecadação advinda do recolhimento do ICMS Interestadual. O argumento foi ainda reforçado pela citação de duas outras resoluções promulgadas pelo Senado – nº 22/89 e 95/96 – não declaradas inconstitucionais pelo STF; e pelo fato de que a vedação constitucional de diferenciação de bens e serviços em razão da origem e do destino se atém aos estados e municípios, portanto, não inclui a esfera federal.

Após a aprovação do VTS, o projeto seguiu para a CAE, que em sessão extraordinária, discutiu o mérito da proposta.

O relator do PRS na CAE, senador Eduardo Braga (PMDB/AM), apresentou substitutivo em que propõe a fixação da alíquota do ICMS Interestadual em 4% incidente sobre bens e mercadorias importadas do exterior que, após o desembaraço aduaneiro, mesmo submetidos a processo de industrialização, resultem em bens ou mercadorias com conteúdo de importação superior a 40%.

O conteúdo de importação, a que se refere o substitutivo, é definido como o percentual correspondente ao quociente entre o valor da parcela importada do exterior e o valor total da operação de saída interestadual de mercadoria ou bem. A proposta de substitutivo possibilita ainda que o CONFAZ baixe normas de regulamentação da Certificação de Conteúdo de Importação – CCI. Lido o substitutivo e apresentadas as razões de apoio ou de rejeição ao PRS 72/10, foi concedida vista coletiva nos termos do regimento interno do SF.

A matéria voltará à pauta da CAE na próxima terça-feira, 16/04/2012.

Fonte: CNI

nº 15. ano VIII. Departamento de Assuntos Legislativos. 13 de abril de 2012

Decreto traz regras para setor automotivo

O governo federal regulamentou o programa de incentivo ao setor automotivo, batizado de Inovar-Auto, incluído no pacote de estímulos divulgado na semana passada. Por meio dele, as empresas poderão aproveitar créditos presumidos do Imposto sobre Produto Industrializado (IPI). O limite é de 32% sobre a base de cálculo prevista na legislação do tributo, ou seja, varia conforme a classificação fiscal do automóvel fabricado.

A regulamentação está no Decreto nº 7.716, publicado em edição extra do Diário Oficial da União. A norma estabelece que, para empresas que desembarcarem no país, o incentivo é de 30%. O mesmo percentual vale para novas plantas de companhias já instaladas no Brasil. O crédito presumido é um incentivo. Ele permite à empresa aproveitar-se do desconto no tributo independentemente de quanto comprou de matéria-prima ou insumos, explica a consultora Graça Lage de Oliveira, da Lex Legis Consultoria Tributária.

Para obter o benefício, as empresas, de acordo com o decreto, devem habilitar-se na Receita Federal. Para isso, precisam se comprometer a desenvolver, até 2017, um número mínimo de atividades fabris ou de infraestrutura. Esse número é diferente para automóveis, picapes e veículos comerciais.

Além disso, as companhias deverão investir anualmente percentuais mínimos da sua receita bruta em pesquisa e desenvolvimento de base e em engenharia, tecnologia ou desenvolvimento de fornecedores. Os percentuais mínimos variam ano a ano. Em 2013, por exemplo, será preciso desembolsar 0,15% da receita bruta em pesquisa e desenvolvimento de base. Em 2017, esse percentual sobe para 0,5%. Para a habilitação, as empresas precisarão ainda aderir ao Programa Brasileiro de Etiquetagem Veicular do Inmetro.

Fonte: Blog RT

Taxas e Juros

Caixa anuncia redução de juros

A Caixa Econômica Federal anunciou um corte nos juros nas linhas de crédito para pessoa física e micro e pequenas empresas. No cheque especial, por exemplo, a taxa baixou 67% para até 1,35% ao mês. No financiamento de veículos, caiu para 0,98%. Nas linhas em que os juros ficaram menores, o banco espera liberar R\$ 71 bilhões entre abril e dezembro.

As medidas atingem 25 milhões de clientes do banco. Com o corte, a Caixa espera liberar R\$ 10 bilhões em empréstimos para pequenas empresas. Ao todo, o banco prevê liberar no crédito R\$ 300 bilhões este ano, número 24% maior que em 2011.

O presidente da Caixa, Jorge Hereda, destaca que é a maior redução de juros do banco e que a estratégia vai fazer o banco ganhar mercado. "É importante ser competitivo, tanto para não perder clientes como para ganhar", disse durante entrevista com a imprensa.

nº 15. ano VIII. Departamento de Assuntos Legislativos. 13 de abril de 2012

O executivo destacou que na época da crise financeira mundial, o banco tinha 6% do mercado, fatia que chegou a 12,6% no final de 2011. "Queremos aumentar essa participação e ter a terceira maior carteira de crédito do mercado."

O Banco do Brasil cortou suas taxas na última quarta-feira. Na média, a redução foi de 35%. O BB fez cortes em linhas como financiamento de veículos, cartões e para pequenas e médias empresas.

O corte nos juros do BB e da Caixa faz parte de uma estratégia do governo para estimular o consumo interno pelo aumento do crédito. O objetivo também é fazer com que os bancos privados sigam os públicos e cortem juros, para não perderem mercado.

Fonte: Gazeta do Povo

Após BB e Caixa, HSBC é 1º banco privado a cortar juros

O HSBC anunciou redução dos juros em algumas linhas de crédito para pessoas físicas, dias depois dos estatais, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal, terem implementado cortes agressivos em várias linhas. É o primeiro banco privado a reduzir taxas. No caso da filial do banco inglês no Brasil, as taxas menores valem para crédito pessoal, financiamento para compra de veículos e crédito consignado.

A taxa mínima do crédito pessoal caiu de 2,45% para 1,99% ao mês. No financiamento automotivo, o juro mensal foi de 1,48% para 0,98%. No crédito com desconto em folha de pagamento, a taxa recuou de 1,59% para 0,99%, também mínima.

Com as mudanças, a faixa de juro cobrado pelo banco no cheque especial fica entre 1,39% e 9,98% ao mês. A do crédito pessoal vai até 5,93% mensais. A de automóveis terá teto de 2,55%, enquanto a do consignado será de até 4,7%.

Fonte: Gazeta do Povo

Política Social

Termina no dia 16 o prazo para consulta pública do projeto de revisão da NBR 16001 - Responsabilidade Social

A ABNT disponibilizou para Consulta Nacional a norma ABNT NBR 16001:2004 - Responsabilidade social - Sistema da gestão.

A norma tem por objetivo fornecer às organizações os elementos de um sistema da gestão da responsabilidade social, passível de integração com outros requisitos de gestão, de forma a auxiliar as organizações a alcançar seus objetivos relacionados com o assunto.

nº 15. ano VIII. Departamento de Assuntos Legislativos. 13 de abril de 2012

Para participar do processo de avaliação da ABNT NBR 16001, acesse a página da Consulta Nacional (<http://www.abntonline.com.br/consultanacional/>) até 16 de abril, e clique no link do ABNT/CEE-111 - Comissão de Estudo Especial de Responsabilidade Social.

Fonte: Blog RT

Relações de Trabalho

Para representante do Ministério do Trabalho, ponto eletrônico é um avanço

Representante do Ministério do Trabalho, Vera Albuquerque, afirmou, durante audiência no Senado, que a criação do Registro do Ponto eletrônico é um avanço para as relações trabalhistas. Em sua avaliação, muitos dos problemas colocados em debate sobre o assunto não passam de “lendas urbanas”.

Ela participa de debate na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) para discutir projeto (PDS 593/2010) que susta os efeitos da Portaria 1.510/2009, do Ministério do Trabalho e Emprego, que disciplina o registro de ponto eletrônico.

De acordo com a representante do ministério, está previsto que a memória dos equipamentos dure 100 anos. Ela observou ainda que o custo do aparelho não é alto e disse haver equipamentos no mercado ao preço de R\$ 1,2 mil. Afirmou ainda que cerca de 360 mil REP já foram vendidos. Segundo Vera Albuquerque, os problemas técnicos apontados em relação ao sistema já foram superados.

- O ponto eletrônico não tem volta. O REP traz a segurança da prova, dando segurança jurídica ao empregado e ao empregador – afirmou.

De acordo com Vera Albuquerque, o uso do equipamento ainda não é obrigatório para empresas privadas. Ela observou, entretanto, que muitas indústrias e grandes empresas, como C&A e Extra, já utilizam o sistema.

Fonte: Agência Senado

Governo, trabalhadores e empresários concordam em buscar acordo sobre ponto eletrônico

Governo, trabalhadores e empresários vão constituir uma comissão tripartite para discutir a regulamentação de registro eletrônico de ponto nas empresas. A decisão foi anunciada durante audiência pública que discutiu na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) a suspensão da portaria do Ministério do Trabalho e Emprego que exige o uso do Registrador Eletrônico de Ponto (REP).

Na avaliação do presidente da CDH, senador Paulo Paim (PT-RS), relator do Projeto de Decreto Legislativo (PDS) 593/2010, que susta os efeitos da portaria, é preciso garantir segurança jurídica às relações trabalhistas, para proteger tanto os trabalhadores como os

nº 15. ano VIII. Departamento de Assuntos Legislativos. 13 de abril de 2012

empresários. O senador disse estar disposto a aguardar entendimento entre as partes envolvidas antes de elaborar seu parecer.

O prazo para implementação do REP, depois de várias prorrogações, foi definido para este ano, de abril a setembro, de acordo com o setor empresarial.

Fraudes no registro: Ao defender a manutenção da portaria, a presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (Sinait), Rosângela Silva Rassy, afirmou que a necessidade do REP se impõe porque os sistemas de ponto eletrônico utilizados pelas empresas são passíveis de fraude, o que é detectado em operações de fiscalização do Ministério do Trabalho.

As fraudes mais comuns, relatou, são alterações no sistema para exclusão de horas extras e de bancos de horas, bloqueio dos registros feitos fora do horário padrão, coação para que o trabalhador não registre as horas extraordinárias trabalhadas e a marcação automática do ponto.

No entanto, para o representante da Confederação Nacional das Instituições Financeiras (CNF), Damião Cordeiro de Moraes, o ministério não deve normatizar com base em uma situação de exceção, uma vez que o número de ações trabalhistas que reclamam de fraudes nos sistemas eletrônicos de ponto é pequeno – cerca de 2% do total.

Damião Moraes afirmou que as empresas brasileiras vão ter de investir de R\$ 5 bilhões a R\$ 6 bilhões para implantar o REP, custo que, segundo ele, contraria a política do governo de desonerar a folha de pagamento. Ele afirmou não ser contrário ao controle da jornada de trabalho, mas, sim, à imposição da adoção do REP por meio de portaria.

Já o presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), Renato Henry Sant’Anna, afirmou que, apesar de as ações trabalhistas não questionarem especificamente os equipamentos de ponto, 80% delas dizem respeito a horas extras.

Ele observou que a falta de pagamento das horas excedentes resulta em prejuízo ao trabalhador e à União, que deixa de arrecadar o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e o Imposto de Renda.

Segundo a representante do Ministério do Trabalho e Emprego, Vera Albuquerque, o sistema eletrônico de registro de ponto tende a ser adotado por todas as empresas, em razão da facilidade tecnológica e da segurança jurídica. As dificuldades e problemas verificados com o sistema podem ser resolvidos, observou.

Alternativas: Ao pedir que a suspensão da portaria seja aprovada pelo Senado, a representante dos pequenos fabricantes de relógio e sistemas de ponto, Lucienne Fontes, argumentou ser inviável a produção dos equipamentos exigidos pelo ministério. Ela afirmou que o REP não impossibilita a fraude, nem pode ter garantia de funcionamento, sempre disponível aos trabalhadores e à fiscalização.

– Não somos nem contra nem a favor à portaria, mas contra a obrigatoriedade de um equipamento que é falho. Não entendo porque os fabricantes não informam isso. Não dá pra ter lucro em cima de uma mentira – disse Lucienne Fontes.

nº 15. ano VIII. Departamento de Assuntos Legislativos. 13 de abril de 2012

Apesar de considerar importante a regulamentação do ponto eletrônico, o gerente-executivo de Relações de Trabalho da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Emerson Casali Almeida, também defendeu a extinção da portaria. Ele sugeriu a utilização de certificação digital para garantir a segurança jurídica.

A inviabilidade do REP também foi ressaltada pelo vice-presidente da Confederação Nacional do Comércio (CNC), deputado federal Laércio José de Oliveira (PR-SE). Ele também defendeu a certificação digital dos sistemas em uso e a extinção da portaria, a ser substituída por outra resultante da discussão entre os setores envolvidos.

Apesar de defenderem a manutenção da portaria que regula o REP como meio de auferir as horas trabalhadas, os representantes dos trabalhadores concordaram com a discussão do tema. Ledja Australino Silva, que representou da Nova Central Sindical dos Trabalhadores (NCST), afirmou que os problemas devem ser discutidos para aprimorar os equipamentos e garantir os direitos dos trabalhadores e empregadores.

Fonte: Agência Senado

Aprovada criação de varas da Justiça do Trabalho em Minas Gerais e Paraná

O Plenário aprovou dois projetos de lei que criam cargos e varas da Justiça do Trabalho em Minas Gerais e no Paraná. Os projetos, que tramitavam em regime de urgência, agora serão encaminhados à sanção presidencial.

O PLC 4/2012 aumenta de 36 para 49 o número de juízes do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 3ª Região, com jurisdição em Minas Gerais, além de instituir 21 varas, sendo oito na capital e outras 13 no interior.

São criados ainda mais 21 cargos de juiz do Trabalho, 329 de analista judiciário, 51 de analista para execução de mandados, 164 de técnico judiciário e 59 cargos em comissão. O projeto teve como relator o senador Clésio Andrade (PMDB-MG).

Já o PLC 6/2012 prevê 11 novas varas para o TRT da 9ª Região (Paraná), com criação de 11 cargos de juiz, 88 de analista judiciário, 44 de técnico judiciário, 11 cargos em comissão e 99 funções comissionadas.

Com 399 municípios, o Paraná abriga a sétima maior população jurisdicionada do país, segundo o relator da matéria, senador Álvaro Dias (PSDB-PR).

Fonte: Agência Senado

Empresas pedem menos tributos e flexibilização das leis trabalhistas para estimular 'software' nacional

Os caminhos para fazer do Brasil um importante ator no mercado mundial de *software* foram discutidos em audiência pública conjunta. Durante o debate, representantes do setor privado elogiaram iniciativas recentes do governo, como a adoção do Plano Brasil Maior, de

nº 15. ano VIII. Departamento de Assuntos Legislativos. 13 de abril de 2012

estímulo à inovação tecnológica, mas levantaram obstáculos como a alta carga tributária e a rigidez da legislação trabalhista.

Em sua exposição aos senadores, o presidente da Associação para Promoção da Excelência do *Software* Brasileiro, Ruben Delgado, lembrou que a Índia “revolucionou a sua economia” por meio do *software*, assim como Israel, que se especializou em soluções da área de segurança.

- O nosso país tem que dizer em que é bom. O Brasil tem tudo para ser grande *player* mundial. Somos bons em *business*. O governo tem feito um pouco de sua parte, e o Plano Brasil Maior é uma resposta para a indústria. O que a gente precisa é marco regulatório e posicionamento – disse Delgado na abertura da audiência, promovida pelas Comissões de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) e de Serviços de Infraestrutura (CI).

O Plano Brasil Maior também foi elogiado pelo vice-presidente de articulação política da Associação das Empresas Brasileiras de Tecnologia da Informação, Jeovani Salomão. Ele defendeu, porém, a redução da carga tributária e a possibilidade de adoção de terceirização, a exemplo da construção civil. Pediu também apoio por meio de compras governamentais. Para ele, existem “empresas de grande potencial no país que não decolam porque o governo não compra delas”.

Para o presidente da Federação Nacional de Informática, Márcio Barroso, a política de compras governamentais deve estar ligada a compromissos de investimentos.

- Todos os países líderes em tecnologia da informação atrelam os negócios de governo a investimentos locais em tecnologia – argumentou.

Ilhas de inovação: Por sua vez, o presidente da Associação Brasileira de Empresas de *Software*, Gerson Schmitt, propôs que se reconheça o *software*, em operações de fomento, como ativo e garantia. Ele informou que as 540 empresas de tecnologia de informação sediadas em Florianópolis têm faturamento total de mais de R\$ 1 bilhão.

- Isto em apenas uma ilha. Somos várias ilhas de sucesso no Brasil. Onde não há inovação não há tecnologia, e a liderança fica com as *commodities*, que um dia acabam – alertou Schmitt.

O Brasil “não é gente miúda nessa história”, observou o diretor de Relações Institucionais da Associação Brasileira de Empresas de Tecnologia de Informação e Comunicação, Edmundo Oliveira. Ele alertou, porém, que a indústria de tecnologia de informação passará nos próximos 10 anos por uma “mudança completa”, devida a fatores como a “hiperglobalização” e a computação em nuvem.

Por sua vez, o diretor de Informática da Associação Brasileira de Indústria Elétrica e Eletrônica, Irineu Govêa, lamentou a ausência no Brasil de uma forte indústria de componentes. Mesmo assim, recordou que o país exerce liderança tecnológica em uma área como automação bancária.

nº 15. ano VIII. Departamento de Assuntos Legislativos. 13 de abril de 2012

Dados Pessoais: Entre os convidados ligados ao setor público, o chefe do Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Alan Fischler, informou que o banco não financia a aquisição de *software* estrangeiro.

Por sua vez, o coordenador-geral de *Software* e Serviços de TI do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação, Rafael Henrique Moreira, defendeu a aprovação pelo Congresso Nacional de uma Lei de Proteção de Dados Pessoais, a seu ver cada vez mais importante no momento em que cresce em todo o mundo a chamada computação em nuvem. O Brasil, como informou, é o único país do Mercosul que ainda não conta com legislação a respeito do tema.

Nichos de atuação: Por fim, o diretor do Departamento de Integração de Sistemas de Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Corinto Meffe, lembrou que atualmente grandes exemplos de resultados positivos vêm de jovens que não conseguiram linhas de financiamento tradicionais.

- Temos que abrir linhas para gente criativa. Devemos buscar nichos de atuação, tecnologias em que somos fortes e desenvolver as capacidades nacionais - recomendou.

Aberta pelo presidente da CCT, senador Eduardo Braga (PMDB-AM), a audiência foi realizada a partir de requerimento do senador Walter Pinheiro (PT-BA), que ressaltou o papel do Estado brasileiro como maior estimulador do setor, “até porque é o maior comprador”.

Ele defendeu ainda uma “política agressiva de incentivo à produção de *software*”. Por sua vez, o senador Cristovam Buarque (PDT-DF) pediu que o debate sobre o tema não se limite a pedidos de desoneração fiscal, mas que envolva igualmente a necessidade de adoção de uma “revolução educacional” no Brasil.

Fonte: Agência Senado

Seguridade aprova incentivo à formação desportiva de aprendizes

A

Comissão de Seguridade Social e Família aprovou a proposta do deputado André Figueiredo (PDT-CE) que incentiva empresas a matricular jovens aprendizes em cursos técnico-profissionais relacionados à prática desportiva.

O Projeto de Lei 742/11 altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT - Decreto-Lei 5.452/43), que já obriga as empresas a empregar aprendizes em um total de 5% a 15% de seus trabalhadores. Pela lei, esses aprendizes devem ser matriculados em cursos de aprendizagem. De acordo com a proposta, até 10% dessa cota poderão frequentar formação em área esportiva, que inclui as atividades de organização de eventos e os serviços de construção e manutenção da infraestrutura de ginásios e campos, por exemplo.

Os cursos de formação serão oferecidos por entidades de prática desportiva filiadas ao Sistema Nacional do Desporto e aos sistemas de desporto dos estados, do Distrito Federal e

nº 15. ano VIII. Departamento de Assuntos Legislativos. 13 de abril de 2012

dos municípios. Essas entidades deverão cadastrar seus cursos, turmas e aprendizes matriculados no Ministério do Trabalho.

O relator do projeto, deputado Darcísio Perondi (PMDB-RS), acredita que a medida vai garantir mais chances de profissionalização aos jovens: “Ao estender a entidades relacionadas à prática desportiva a possibilidade de oferecer os cursos, o texto incentiva a profissionalização e a inserção educacional e social das pessoas entre 14 e 24 anos de idade”.

Contrato: A proposta também determina que o contrato de aprendizagem não poderá durar mais de dois anos, em todos os casos. Atualmente, a CLT permite outros prazos de vigência quando o aprendiz tiver alguma deficiência.

Além disso, o texto determina que a jornada de trabalho diária do aprendiz será de até oito horas apenas quando ele já tiver completado o ensino médio. Pela regra atual, a jornada comum é de até seis horas e pode atingir oito horas se o aprendiz tiver terminado o ensino fundamental.

Pessoas com deficiência: O projeto estabelece ainda que a contratação remunerada de pessoas com deficiência como aprendizes não implica a supressão do Benefício de Prestação Continuada (BPC), como ocorre hoje. Pela proposta, o recebimento do salário e do BPC poderá durar até dois anos. Para Perondi, essa medida “aperfeiçoa o contrato de aprendizagem do aprendiz com deficiência, para garantir-lhe direitos trabalhistas”.

Tramitação: A proposta, que tramita em caráter conclusivo, já foi aprovada pela Comissão de Turismo e Desporto e será analisada ainda pelas comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público; de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

Especialistas cobram leis contra discriminação racial no trabalho

Representantes dos poderes Judiciário e Executivo cobraram mudanças legais para enfrentar a discriminação racial no trabalho. Eles participaram de audiência pública da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público para discutir as relações de emprego e a promoção da igualdade racial. O debate foi proposto pelo presidente do colegiado, deputado Sebastião Bala Rocha (PDT-AP).

Para a presidente da Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 10ª Região (DF e TO), Noemia Aparecida Porto, faltam leis mais claras para punir a discriminação racial nos ambientes de trabalho. “Precisamos de atos legislativos mais completos, mais adequados para aparelhar os magistrados em casos de discriminação”, afirmou.

nº 15. ano VIII. Departamento de Assuntos Legislativos. 13 de abril de 2012

Noemia citou algumas propostas em tramitação na Câmara, como os PLs 3003/11 e 756/11, que definem o conceito de “trabalho decente” e tratam do combate à discriminação dentro da administração pública. Segundo a dirigente, os projetos são válidos, mas insuficientes, pois os principais problemas acontecem na iniciativa privada. “Na iniciativa privada, o critério de contratação é apenas o do empregador. Em uma entrevista, ele pode rejeitar os mais velhos, os não bonitos, as mulheres”, argumentou.

O trabalho decente, conforme a Organização Internacional do Trabalho (OIT), é aquele tido como produtivo e adequadamente remunerado, exercido em condições de liberdade de organização sindical e negociação coletiva, equidade e segurança, sem qualquer forma de discriminação e capaz de garantir uma vida digna.

Indicadores: Segundo a gerente de Projetos, Acompanhamento e Monitoramento de Políticas Públicas da Secretaria de Igualdade Racial, Mônica Alves, os indicadores sociais que atestam a diferença entre brancos e negros no mercado de trabalho deveriam ser levados em conta nas decisões judiciais. “Os indicadores expressam o grau de perversidade do racismo no mercado de trabalho brasileiro.”

Mônica ressaltou que não é possível fazer promoção da igualdade no trabalho sem enfrentamento do preconceito. “Ainda temos uma situação de fortes desigualdades que mantém homens brancos na primeira posição de emprego e as mulheres negras na última colocação”, disse.

Remuneração diferente: O vice-presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Carlos Eduardo de Azevedo Lima, lembrou que os problemas de desigualdade racial afetam o acesso ao emprego, a ascensão funcional e o salário equiparado. “A discriminação é mais gritante quando vemos que há remuneração diferente, para um mesmo nível educacional”, declarou.

Lima informou ainda que o Ministério Público do Trabalho começou, em 2005, um programa de conscientização em bancos e supermercados para diminuir a desigualdade racial no trabalho, mas a experiência não foi bem sucedida. “Infelizmente, não obtivemos os resultados esperados. Precisamos de mudança da mentalidade da sociedade como um todo.”

Escravidão: Por sua vez, o diretor do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho, Valdiney Arruda, afirmou que a população negra é a que mais adocece por condições precárias de emprego e a mais suscetível a trabalho infantil e escravo.

O sindicalista destacou ainda a dificuldade de reintegrar ao mercado os trabalhadores que se encontravam em situações análogas à escravidão. Arruda citou o caso de pessoas negras que foram resgatadas dessa situação e hoje trabalham na construção do estádio de Cuiabá para a Copa do Mundo de 2014. A princípio, disse ele, os operários não foram readmitidos pela empresa de construção – a reintegração ocorreu apenas após uma ação governamental junto à construtora.

nº 15. ano VIII. Departamento de Assuntos Legislativos. 13 de abril de 2012

Audiências: Bala Rocha enalteceu que a série de audiências sobre o trabalho decente promovidas pela comissão (no mês passado, a discussão teve como foco os empregos domésticos) serve para chamar a atenção da sociedade a respeito do tema e aproximar o Legislativo da agenda da OIT e do governo brasileiro. “Se for mulher, pobre e negra, a dificuldade para conseguir emprego é maior. É por isso que estamos fazendo esse debate”, comentou.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

Regras de estágio em debate

Estudantes não podem ficar mais de dois anos em uma empresa para colocar em prática os conhecimentos acadêmicos. A exigência coíbe a exploração da mão de obra, mas não fixa um piso salarial para os jovens.

O jovem Franco Sampaio, 22 anos, sabe que o estágio é uma das principais oportunidades de capacitação e porta para ascensão profissional e social. Durante 20 horas semanais, ele se dedica ao aprendizado prático do curso de engenharia mecânica em uma grande empresa da capital desde abril de 2010. O estudante da Universidade de Brasília (UnB) conta que começou com tarefas pequenas e hoje já se envolve no trabalho com os engenheiros profissionais nas salas de máquina. A experiência, no entanto, está próxima do fim. Este mês, Franco completa dois anos como estagiário no mesmo local, tempo limite estabelecido por lei, o que deve obrigar o estudante a deixar a empresa. Ainda distante da formatura, ele terá que recomeçar a trajetória em outra instituição.

Apesar das mudanças positivas que a Lei do Estágio (nº 11.788/2008) trouxe à categoria, exemplos como o de Franco mostram que ainda há muitos aspectos que dificultam a relação entre estudantes e empresas. O aumento significativo do custo do estagiário e as diversas dificuldades contratuais acabam por afastar os jovens do mercado de trabalho. Os números atuais são desapontadores. De acordo com a Associação Brasileira de Estágios (Abres), apenas 6,8% - aproximadamente um milhão - dos cerca de 14,7 milhões de estudantes de ensino superior e médio estagiam.

Para o diretor jurídico da Associação Brasileira de Recursos Humanos (ABRH-Nacional), Wolnei Tadeu Ferreira, casos como o de Franco acabam por diminuir as oportunidades dos estudantes, à medida que as grandes instituições preferem contratar universitários somente nos últimos anos de curso. "O estagiário é visto como um investimento pela empresa. Não fosse essa restrição legal, um estudante poderia ingressar em uma empresa no primeiro semestre, capacitar-se até o último ano e, então, ser contratado", diz. Para ele, diante da demanda por mão de obra, parece ser "inadmissível" que uma empresa tenha que dispensar os jovens estudantes, quando poderiam capacitá-los até a conclusão dos estudos.

O presidente do Núcleo Brasileiro de Estágios (Nube), Carlos Henrique Mencaci, justifica a determinação da lei como única alternativa para coibir a exploração dos estudantes no

nº 15. ano VIII. Departamento de Assuntos Legislativos. 13 de abril de 2012

mercado de trabalho. "Se o estagiário fica em um local por dois anos, ele já possui experiência suficiente e está apto a ser contratado," Para Franco, no entanto, a contratação está longe de ser uma alternativa. "Mesmo que a empresa optasse pela efetivação, seria inviável conciliar um contrato de oito horas com a faculdade, as provas e os trabalhos", explica o estudante. A lei do estágio permite que Franco tenha a carga horária reduzida à metade da habitual em época de provas.

Aprendizado caro: Além dos entraves contratuais, as empresas têm que lidar agora com uma nova realidade: a do estagiário que faz diferença significativa no orçamento. O Nube estima que o custo de um estagiário cresceu em 30% desde 2008 em razão da obrigatoriedade de pagamento de benefícios e recesso remunerado, somados à redução da carga horária, hoje, limitada a seis horas diárias. Somente o recesso remunerado onerou em 9% a folha de salários dos contratantes.

Segundo Mencaci, o impacto maior foi sentido pelo setor público. As instituições privadas mantinham, anteriormente à aprovação da lei do estágio, o hábito de pagar benefícios. Ele explica que, em um primeiro momento, houve uma tentativa de diminuir o valor da bolsa-auxílio paga aos estagiários para cobrir os adicionais obrigatórios por lei. "A redução, no entanto, foi fortemente rejeitada pelos estudantes que precisam do salário para bancar as mensalidades da faculdade."

Fonte: Blog RT

Notícias Estaduais

Assuntos Econômicos

Indústria do PR teve os melhores índices de emprego e renda no primeiro bimestre

A indústria do Paraná foi a mais dinâmica do País na geração de emprego e renda no primeiro bimestre deste ano, de acordo com a Pesquisa Mensal de Emprego e Salário (PIMES), divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O pessoal ocupado no setor cresceu 4,4% em relação ao mesmo período do ano passado, contra declínio de 0,6% da média nacional (formada pelos 10 estados em que a pesquisa é aplicada). Em rendimento salarial, o Paraná cresceu 13,7%, versus 4,8% para o Brasil.

Os segmentos da indústria paranaense que combinaram expansão expressiva de emprego e também da massa salarial foram máquinas e aparelhos elétricos, meios de transporte, alimentos e bebidas, têxtil e minerais não metálicos.

nº 15. ano VIII. Departamento de Assuntos Legislativos. 13 de abril de 2012

Fevereiro: Considerando apenas o mês de fevereiro, a indústria do Paraná aumentou em 4,2% o número de empregos em relação a fevereiro de 2011 – também o melhor desempenho do País. Na média nacional houve recuo de 0,7%.

O desempenho da indústria paranaense no mês foi determinado pela geração de empregos nos segmentos de máquinas e aparelhos elétricos, eletrônicos e de comunicações (31,3%), alimentos e bebidas (12,7%), refino de petróleo e álcool (10,5%), minerais não metálicos (10,2%), têxtil (10,2%), metalurgia (7,8%), meios de transporte (6,6%) e outros produtos (5,3%).

O montante dos salários pagos na indústria do Paraná em fevereiro cresceu 11,8% em relação ao mesmo mês do ano passado – o que coloca o Estado em quarto lugar no Brasil, atrás de Pernambuco, Espírito Santo e Bahia. Na média nacional, houve aumento de 5,4%.

O desempenho paranaense foi sustentado pelas expansões constatadas em máquinas e aparelhos elétricos, eletrônicos e de comunicações (33,6%), meios de transporte (29,8%), fumo (21,4%), produtos químicos (16,5%), refino de petróleo e álcool (13,8%), outros produtos (13,2%), alimentos e bebidas (11,6%), têxtil (11,0%) e minerais não metálicos (10,9%).

Acumulado: No acumulado em doze meses até fevereiro de 2012, a indústria do Paraná também liderou a classificação nacional (acréscimo de 5,8%, contra 0,5% para o Brasil), amparada no comportamento de máquinas e aparelhos elétricos, eletrônicos e de comunicações (34,7%), alimentos e bebidas (15,0%), outros produtos (11,9%), meios de transporte (11,6%), metalurgia (7,6%) e têxtil (6,3%).

Na folha de pagamento real, o parque manufatureiro regional ficou em segundo lugar no índice anual (11,0% versus 4,0% para o País), atrás apenas de Pernambuco, que teve aumento de 12,7%. Os destaques couberam à máquinas e aparelhos elétricos, eletrônicos e de comunicações (43,0%), meios de transporte (21,7%), outros produtos (19,1%), alimentos e bebidas (15,7%), metalurgia (12,1%), têxtil (11,0%) e minerais não metálicos (10,1%).

Para o diretor-presidente do Iparde, Gilmar Mendes Lourenço, os dados positivos da indústria paranaense na geração de empregos e renda decorrem “do desempenho bastante favorável observado pelas atividades articuladas à agroindústria, à metalmeccânica, à petroquímica e à construção civil, otimizado pela instauração de um clima propício à multiplicação dos negócios no Paraná”.

Fonte: Agência Estadual de Notícias

Legislativo aprova novas regras para convênios com municípios

Os deputados aprovaram o projeto de lei nº 559/11, de autoria do deputado Fernando Scanavaca (PDT), que dispõe sobre convênios firmados entre o Poder Executivo e os municípios paranaenses, através da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento (SEAB). De acordo com a proposição, que passou em primeira discussão, os municípios

nº 15. ano VIII. Departamento de Assuntos Legislativos. 13 de abril de 2012

devem contar com técnico agrícola, médico veterinário ou engenheiro agrônomo no quadro de pessoal da respectiva prefeitura.

Também aprovaram o projeto nº 661/11, do deputado Antonio Anibelli Neto (PMDB), obrigando a disponibilização de informação correta, clara e precisa dos preços dos produtos comercializados no estado. “Diariamente nos deparamos com publicidade veiculada sem a clara e precisa informação do preço real dos produtos comercializados, induzindo o consumidor ao erro e fazendo com que o mesmo não tenha a consciência da quantidade de juros que está pagando ao efetuar a compra de forma parcelada”, argumenta Anibelli Neto, na justificativa da proposição.

Fonte: ALEP

Assembleia e Câmara de Curitiba assinam convênio para compartilhar espaço da TV Sinal

A Assembleia Legislativa e a Câmara Municipal de Curitiba assinaram convênio para a utilização compartilhada da grade da TV Sinal, veículo oficial do Legislativo estadual. O horário ficará disponível entre a meia-noite e o meio-dia, permitindo inclusive a transmissão ao vivo das sessões plenárias e o trabalho das comissões do Legislativo municipal. O presidente da Assembleia, deputado Valdir Rossoni (PSDB), destacou que até o início da operacionalização técnica, a CMC poderá enviar conteúdo resumido da semana para veiculação de sexta-feira a domingo, na programação da TV Sinal, assim como já vem acontecendo com outras entidades que já firmaram parceria com a Assembleia – caso da Organização das Cooperativas do Estado do Paraná (Ocepar) e da Federação das Indústrias do Paraná (FIEP), e ainda da Câmara Municipal de Maringá.

“Temos aberto a TV Sinal para as entidades, como a Ocepar, a FIEP. E estamos conversando com as centrais sindicais também. E para as câmaras municipais. Já temos convênio com a Câmara de Maringá. E agora o convênio com a Câmara Municipal de Curitiba. O nosso propósito é transmitir em horários alternativos as sessões da Câmara e nos finais de semana produzir um programa que será transmitido sextas, sábados e domingos, para que a população de Curitiba possa acompanhar de perto os trabalhos dos vereadores”, disse Rossoni.

Para o presidente da CMC, vereador João Cordeiro (PSDB), a implantação da TV Câmara, a partir da TV Sinal, vai permitir a fiscalização por parte da população, que agora terá mais uma ferramenta de transparência, bem como conhecer um pouco do funcionamento do processo legislativo. “A partir de agora vamos contratar uma consultoria para fazer a avaliação e o planejamento de como iniciar os trabalhos de edição do material. Teremos transmissão diária, de segunda a quarta-feira, das sessões plenárias. E ainda neste primeiro semestre vamos adequar a Câmara para este momento de transparência, para que a população possa ver como são as votações, os trabalhos dos vereadores. Será feito um planejamento para a implantação com o mínimo de custo”.

nº 15. ano VIII. Departamento de Assuntos Legislativos. 13 de abril de 2012

O 1º secretário da Assembleia, deputado Plauto Miró (DEM) também ressaltou o novo processo vivido agora pela CMC com uma tendência natural dos legislativos, além de um sinal de respeito à população, que pode acompanhar com outras ferramentas os mandatos e as ações dos vereadores. “Gradativamente o Poder Legislativo no Paraná está mostrando uma nova postura, uma nova maneira de administrar. A Assembleia passou por ações de mudanças, a CMC da mesma forma, a Câmara de Maringá também. Todas elas, agora em parceria com a TV Sinal, passam a transmitir suas sessões. É um instrumento para que a sociedade possa, através dos programas, acompanhar e saber daquilo que o seu vereador ou deputado está fazendo em prol da população do estado ou do município. É a abertura e a transparência”.

O diretor-geral da Assembleia, Benoni Manfrin, e o diretor de Comunicação, Hudson José, também participaram da assinatura do convênio. Os vereadores, na sua maioria, parabenizaram a implantação da TV Câmara e a consideraram como um avanço da nova gestão do Legislativo municipal. Para o 1º secretário da CMC, vereador Celso Torquato (PSD), a parceria é fundamental para compreensão do processo legislativo. “É de suma importância não apenas para Curitiba, mas para o Paraná. Estamos demonstrando para a sociedade que os Poderes Legislativos estão unidos. Ficamos felizes porque a ideia da TV Câmara foi bem recebida tanto pelo presidente da Assembleia, quanto por nós. E a população vai poder acompanhar o que faz o vereador. Tudo que pode melhorar a transparência da Casa é importante”.

Fonte: ALEP

Instalada na Assembleia a Frente Parlamentar pelo Cooperativismo

Foi instalada em ato formal assinado no gabinete da Presidência da Assembléia Legislativa, a Frente Parlamentar pelo Cooperativismo, que se constitui integrada inicialmente pelos deputados Teruo Kato (PMDB), Ademir Bier (PMDB), Jonas Guimarães (PMDB), Artagão Júnior (PMDB), Professor Lemos (PT), Elton Welter (PT), Nelson Luersen (PDT) e Adelino Ribeiro (PSL). Os trabalhos serão coordenados pelo deputado Teruo Kato, autor do requerimento que propôs a criação da Frente e que foi aprovado pelo Legislativo no dia 21 de novembro do ano passado.

Segundo o parlamentar peemedebista, a atuação do grupo se concentrará na defesa e ampliação dos debates sobre o tema através da promoção de audiências públicas, da integração das ações dos governos federal, estadual e municipais, do apoio aos princípios cooperativos, além de outras atividades destinadas a fortalecer ainda mais um sistema que já congrega mais de 300 mil associados em todo o estado.

“Nosso objetivo é apoiar o sistema cooperativo de crédito visando valorizar sempre mais o relacionamento, de modo a oferecer soluções financeiras para os pequenos e micro produtores e empresários, agregando renda e contribuindo para a melhoria da qualidade de vida dos cooperativados”, explicou Kato, ao lembrar que a atividade possui um campo

nº 15. ano VIII. Departamento de Assuntos Legislativos. 13 de abril de 2012

enorme para se desenvolver no Paraná. “De nossa parte, é importante também difundir informações nos pequenos municípios, onde o sistema ainda não chegou e poderá representar benefícios e desenvolvimento significativos para seus habitantes”, concluiu.

Fonte: ALEP

Aprovada a instalação da Frente Parlamentar de Fortalecimento da Gestão Pública

A Assembleia Legislativa aprovou requerimento do deputado Douglas Fabrício (PPS) que pede a instalação da Frente Parlamentar Estadual de Fortalecimento da Gestão Pública, tendo como objetivos o fortalecimento institucional e legal da gestão pública brasileira, especialmente focada nos interesses dos dirigentes, servidores e, sobretudo, dos contribuintes, clientes, consumidores e usuários dos serviços públicos, visando o desenvolvimento econômico e social do estado, de forma integrada e sustentável. O requerimento prevê que a frente parlamentar seja composta por sete membros titulares.

Fonte: ALEP

Política Industrial

Possibilidade de aumento de impostos preocupa indústria de bebidas

A possibilidade de aumento da carga tributária do setor para compensar desonerações concedidas a outros segmentos preocupa a indústria de bebidas paranaense. Segundo os empresários, caso realmente ocorra o aumento de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) cogitado pelo governo federal na semana passada, haverá prejuízos principalmente as pequenas empresas e o próprio consumidor. As demandas do segmento foram debatidas durante mais um Fórum Setorial promovido pela Federação das Indústrias do Paraná (FIEP). Para o presidente da FIEP, Edson Campagnolo, a carga de impostos que incide sobre a indústria de bebidas deve ser olhada com atenção. “A questão tributária é prioritária para toda a indústria, mas como o setor de bebidas tem preocupações pontuais, é preciso criar uma agenda específica”, afirmou.

O presidente do Sindicato das Indústrias de Bebidas do Paraná (Sindibebidas), Nilo Cini Junior, explica que uma das preocupações é que a carga tributária incide de forma igual para todo o setor, independente do porte da empresa. “Uma empresa pequena tem dificuldades em absorver uma carga maior e fica difícil competir em um mercado concorrido”, disse.

Além disso, o empresário lamenta que a indústria de bebidas seja usada para compensar desonerações concedidas a outros segmentos. “Somos um dos setores que vai pagar a conta”, afirmou. Após anunciar medidas de desoneração da folha de pagamentos para mais 11 setores industriais, o governo federal aventou a possibilidade de aumentar o IPI sobre

nº 15. ano VIII. Departamento de Assuntos Legislativos. 13 de abril de 2012

bebidas frias, como refrigerantes e cervejas. Após pressão de entidades empresariais, o aumento está suspenso pelo menos até junho, mas o setor segue em alerta.

“Foi criado esse paradigma de que o setor deve compensar as perdas de arrecadação quando são anunciadas desonerações”, disse o economista Rafael Stefenon, que representou na reunião a Associação dos Fabricantes de Refrigerantes no Brasil (Afrebras). No Paraná, a entidade representa 15 empresas que atuam em mercados regionais. “São empresas pequenas, que acabam tendo que absorver essa carga tributária já que não podem repassá-la ao consumidor, pois precisam manter um preço competitivo. Isso é perigoso para a sociedade porque estamos colocando em risco empregos e renda gerados por essas empresas”, explicou.

A preocupação com a carga tributária não é exclusividade das empresas menores. As grandes fabricantes de bebidas também apontam os altos impostos como um entrave para o setor. Avelino Pereira, diretor da Spaipa, defende que além das questões federais, é preciso rever também o sistema tributário estadual. “Hoje, por exemplo, o ICMS para a cerveja no Paraná é de 29%, superior ao de estados vizinhos. Com isso, muitas vezes o produto acaba vindo de fora e o Estado perde arrecadação”, afirmou. “É preciso haver uma conversa com o governo estadual em busca de um tratamento de mercado para as empresas que produzem no Paraná”, acrescentou.

A opinião é compartilhada pelo gerente comercial da Ambev, Sandro Freitas de Assis. “A carga tributária tem impacto grande e acaba sendo transferida para o consumidor”, disse.

Mão de obra: Além da carga tributária, outra demanda da indústria de bebidas levantada pelo Fórum Setorial da FIEP é a identificação e qualificação de mão de obra para o setor. Segundo Assis, da Ambev, a empresa tem dificuldade para encontrar pessoal qualificado não apenas para a área operacional da fábrica, mas também para cargos de gestão, muitas vezes trazendo profissionais de outros estados.

Para o presidente do Sindibebidas, no caso do chão de fábrica a dificuldade se encontra na qualificação necessária para que um trabalhador opere o maquinário. “O setor de bebidas exige, na área operacional, um treinamento bastante específico e demorado. Já nas outras áreas da empresa, como logística ou comercial, concorreremos com outros setores que também buscam esses profissionais”, explicou. Para ajudar na busca de soluções para o problema, Edson Campagnolo sugeriu uma aproximação do setor com o Sistema Fiep, que oferece uma série de programas educacionais por meio do Sesi, Senai e IEL.

Além de fabricantes de refrigerantes e cervejas, também participaram do Fórum Setorial empresas produtoras de água mineral e cachaça. No primeiro caso, foi pedido apoio da Fiep para que o produto seja considerado como alimento e não como minério, o que atualmente aumenta sua tributação. Já no segundo, os produtores também pedem redução do ICMS praticado no Paraná – superior ao de outros estados produtores – como forma de reduzir a informalidade no segmento.

Fonte: FIEP

nº 15. ano VIII. Departamento de Assuntos Legislativos. 13 de abril de 2012

Governador assina convênios para investimentos na cadeia do leite

O governador Beto Richa assinou convênios que irão beneficiar cerca de 180 agricultores familiares de cinco municípios do Paraná. Os investimentos de R\$ 151.323,00 serão destinados à aquisição de equipamentos para uso da cadeia produtiva do leite nos municípios de Mariluz, Coronel Vivida, Japira, Ibaiti e Ângulo.

Para o município de Ângulo, na região Noroeste do estado, foi autorizada a aquisição de um distribuidor de calcário e adubo orgânico, uma colhedora de forragens, duas carretas agrícolas e um distribuidor de fertilizantes pendular. O convênio, assinado entre a Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento (Seab) e a prefeitura de Ângulo, viabilizou o repasse de R\$ 55.696,00 para compra dos equipamentos de uso comunitário.

Os investimentos do Estado na cadeia produtiva também vão beneficiar pequenos produtores de três assentamentos de Ibaiti, no Norte Pioneiro. Serão instalados dois tanques de resfriamento de leite – com capacidade de 1,5 mil litros cada um –, duas ordenhas e um tanque com capacidade de mil litros de leite in natura. O investimento do Estado é de R\$ 40.200,00. Os equipamentos vão beneficiar cerca de 100 pequenos produtores.

Em Japira, também no Norte Pioneiro, 14 famílias serão beneficiados com a instalação de dois tanques de resfriamento de leite, com capacidade de armazenamento de mil litros cada um. O investimento é de R\$ 21.128,00.

Na região Sudoeste do Paraná, várias famílias serão beneficiadas com a instalação de um tanque de resfriamento de leite no município de Coronel Vivida. O convênio assinado liberou R\$ 9.299,00 por parte do Estado. Os convênios preveem uma pequena contrapartida dos municípios para complementar os recursos.

Para cerca de 65 produtores do município de Mariluz, na Região Noroeste do Estado, serão liberados recursos de R\$ 25 mil. O recurso do convênio firmado entre a Seab e o município será utilizado na compra de duas ensiladeiras para produção de silagem para bovinos leiteiros.

De acordo com a Secretaria de Estado de Agricultura e Abastecimento, os equipamentos estarão à disposição dos pequenos produtores em até 45 dias.

Fonte: Agência Estadual de Notícias

Farmácias terão que fornecer bulas para remédios manipulados

A Secretaria de Estado da Saúde formou uma comissão para definir a regulamentação da lei estadual que obriga as farmácias a fornecerem bulas para medicamentos manipulados. A comissão terá 60 dias para definir normas de formatação e conteúdo das bulas. Após este período, a secretaria abrirá consulta pública de 30 dias para discutir o tema e definir o texto final.

A lei estadual nº 17.051/2012, que trata do assunto, foi sancionada em janeiro. A partir da regulamentação do texto, as farmácias terão mais 180 dias para se adequar às novas

nº 15. ano VIII. Departamento de Assuntos Legislativos. 13 de abril de 2012

exigências e estarão sujeitas a sanções das autoridades sanitárias. Em caso de descumprimento, os consumidores poderão denunciar as farmácias irregulares à Ouvidoria do SUS, pelo telefone 0800 644 4414.

Segundo o superintendente de Vigilância em Saúde, Sezifredo Paz, o Paraná será o primeiro Estado do País a tornar obrigatória a bula para medicamentos manipulados. “Nossa experiência poderá servir como base para a Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) elaborar uma norma nacional semelhante”, disse.

De acordo com a lei estadual, as farmácias deverão confeccionar as bulas com linguagem clara, precisa e que indique a melhor forma de usar o medicamento. “As bulas devem conter informações sobre riscos e reações indesejáveis, cuidados necessários, forma de armazenamento e procedimentos recomendados em caso de acidentes”, disse o chefe do departamento de Vigilância Sanitária, Paulo Costa Santana.

A lei determina ainda que a bula contenha frases de alerta como “não usar medicamentos sem orientação profissional”, “manter este medicamento longe do alcance de crianças e animais domésticos” e “não usar o medicamento com data de validade vencida”.

A comissão será coordenada pela Vigilância Sanitária estadual e é formada por representantes dos conselhos regionais de Farmácia, Medicina, Odontologia, Associação Paranaense de Farmacêuticos, Associação Nacional de Farmacêuticos Magistrais, Sindfarma e farmácias-escola da Universidade Federal do Paraná e da Pontifícia Universidade Católica do Paraná.

Fonte: Agência Estadual de Notícias

Microempresa

Crédito barato e qualificação chegam às pequenas empresas do interior

O Governo do Estado inicia uma série de ações de incentivo para que micro e pequenos empresários do interior do Paraná possam fortalecer seus empreendimentos. Crédito facilitado, qualificação profissional e informações serão oferecidos com programas de financiamento e com a instalação de Fóruns Regionais das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte do Paraná. As primeiras ações serão lançadas dia 12/04 em Santo Antônio da Platina e dia 13/04 em Cornélio Procopio.

“Vamos movimentar economias locais e regionais”, afirma o secretário da Indústria, Comércio e Assuntos do Mercosul, Ricardo Barros. Os empresários - explica - terão acesso a crédito barato e qualificação com o Bom Negócio Paraná e com o Banco do Empreendedor.

As ações são resultados de parcerias entre o Governo do Estado, prefeituras e diversas entidades como o SEBRAE, Federação das Indústrias do Paraná (FIEP), Associações Comerciais, Faciap, Agência de Fomento, comerciantes, empresários, empreendedores e lideranças locais e regionais. “Esse trabalho em conjunto é uma das características mais

nº 15. ano VIII. Departamento de Assuntos Legislativos. 13 de abril de 2012

importantes do Governo Beto Richa. Parcerias com o foco no desenvolvimento regional, por meio da geração de emprego e renda”, acrescenta Barros.

A agenda de lançamentos segue até junho com eventos em 17 cidades, sempre às quintas e sextas-feiras. Na próxima semana, os encontros serão realizados em Cambé e Apucarana.

Programas: O Bom Negócio Paraná assegura capacitação gerencial e crédito subsidiado. A meta é atender 60 mil micro e pequenos empreendimentos formais e informais com receita bruta de até R\$ 2,4 milhões por ano. As linhas de crédito terão juros que variam de 0,58% a 1,1% ao mês e serão ofertadas pelo Banco do Empreendedor da Agência de Fomento. Quanto mais capacitado o empreendedor, mais barato será o juro.

Os recursos podem ser aplicados em capital de giro e na realização de obras, reformas, compra de móveis, instalações, montagens e aquisição de máquinas e equipamentos.

Já os cursos gratuitos de capacitação gerencial serão frutos de parceria com entidades empresariais. Cada curso terá duração de 66 horas, durante 22 dias nas seguintes áreas: empreendedorismo e projeto de vida, gestão de negócios, gestão de pessoas, gestão financeira, gestão comercial e gestão estratégica.

O Fórum Estadual Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte do Paraná foi criado para discutir políticas públicas que beneficiem as micro e pequenas empresas. Formado por 32 representantes do governo, entidades de apoio e de representação do segmento de microempresas e empresas de pequeno porte, o fórum é a instância governamental competente para cuidar dos aspectos não-tributários relativos ao tratamento diferenciado ao setor. O sistema paranaense é considerado referência nacional e é utilizado como modelo por outros estados.

Com os lançamentos, o Fórum vai se instalar em 18 microrregiões do Estado - de acordo com a divisão da Associação dos Municípios do Paraná (AMP). As novas entidades vão criar canais institucionais de interlocução com representantes locais, fomentando o debate de questões políticas e empresariais, com o objetivo de criar um ambiente favorável para o desenvolvimento e a competitividade de pequenos negócios.

Os Fóruns Regionais também vão atuar no processo de regulamentação da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa nos municípios, principalmente na aplicação dos benefícios previstos na legislação.

Fonte: Agência Estadual de Notícias

Comércio Exterior

Novo presidente do Sindimate quer fomentar a exportação

O empresário Ignácio Maria Carrau Supparo assumiu a presidência do Sindicato da Indústria do Mate do Paraná (Sindimate), um dos mais antigos do Estado e um dos fundadores da Federação das Indústrias do Estado (Fiep). Ele substituiu o empresário Leandro Beninho

nº 15. ano VIII. Departamento de Assuntos Legislativos. 13 de abril de 2012

Gheno, que esteve à frente do sindicato desde 2006. Durante a solenidade de posse, realizada em São Mateus do Sul – município sede do sindicato –, o Sindimate foi homenageado pela FIEP por seus 70 anos de existência completados dia 13/04.

O evento contou com a presença de representantes de sindicatos do mate de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Juntos, os três estados geram cerca de R\$150 milhões para o sul do país. Somente o Paraná, é responsável por mais de 50% do volume total produzido no Brasil, que hoje é de 500 mil toneladas *in natura*. As indústrias paranaenses geram cerca 200 mil empregos, diretos e indiretos.

Ressaltando a importância da erva-mate na economia do estado também no passado – durante o período entre a emancipação política, em 1853, e a crise de 1929, era o principal produto paranaense –, o presidente da FIEP, Edson Campagnolo, destacou que os próximos investimentos devem ser focados na área de pesquisa e inovação, com o propósito de expandir o mercado da erva-mate. “São dados como esse (citados acima), que nos deixa esperançosos de que nós temos muito mais por fazer e que precisa ser um pouco mais explorado. Tem tantas inovações hoje na área de perfumes, higiene pessoal, na saúde, enfim, são oportunidades”, observa Campagnolo.

Um dos principais desafios da próxima gestão, segundo o novo presidente do Sindimate, é fomentar a exportação do mate para outras culturas. “Temos um produto com grande potencial, que a gente só vende na América do Sul, para mostrar para o resto do mundo. O que importa para o Sindimate é a união de todos nós. Temos que buscar um mercado para todos”, disse Carrau.

Na opinião do ex-presidente do sindicato, Leandro Beninho Gheno, este é um momento de profissionalização da atividade. “O mate está passando por um momento interessante do ponto de vista de produto, de novas alternativas de demanda. O que falta é criar padrões”, observa. Ele também afirma que o Sindimate se propõe a entrar em uma nova fase de trabalho, para tornar o mate um produto de consumo mundial. “Nós queremos sair fora da cuia. A Europa, o Japão, já estão consumindo produtos à base de mate e o nosso chimarrão, que era a nossa única forma de produto, hoje é mais um que pode representar o nosso setor produtivo”, lembrou.

O prefeito de São Mateus do Sul, Luiz Adyr Gonçalves Pereira (PSDB), reforçou a importância que o setor tem também para o município. Ele estima que 20% da população vive do cultivo da planta. “40% do nosso povo mora no interior. Desses, pelo menos 20% têm erva-mate dentro da sua propriedade, são pequenos produtores. Eles fazem lá o seu trabalho, trazem para as indústrias, que geram mais empregos diretamente. A cadeia produtiva de erva-mate é muito importante para o estado, para o nosso país e para o município de São Mateus do Sul nem se fala”.

Desafio: Atualmente, o Sindimate representa mais de 100 empresas do ramo. A intenção, de acordo com Carrau, é aumentar o número de filiados. “O Paraná tem muitas indústrias do mate que não estão filiadas. Acho que esse vai ser o meu grande trabalho. Tentar unir essas

nº 15. ano VIII. Departamento de Assuntos Legislativos. 13 de abril de 2012

indústrias”, enfatiza. Outro desafio dos empresários, conforme o novo presidente do Sindimate, é a criação de uma sede própria da entidade em São Mateus do Sul.

Presidente da Fiep anuncia investimento de R\$5 milhões na região

Durante a solenidade de posse do Sindimate, o presidente da FIEP, Edson Campagnolo, anunciou que o Sistema Fiep vai investir em São Mateus do Sul R\$4,8 milhões para a construção de uma nova unidade do Senai (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial).

O empreendimento foi viabilizado com a doação de um terreno feita pela prefeitura do município. O prefeito Luiz Adyr agradeceu os esforços da FIEP e do ex-presidente do Sindimate, Leandro Beninho Gheno, e comentou sobre os benefícios que a escola técnica irá trazer para a região. “Teremos aqui alunos de toda nossa região. Este investimento vai permitir ao jovem se aperfeiçoar, adquirir conhecimentos e melhorar a sua empregabilidade”, destacou o prefeito.

Fonte: FIEP

Infraestrutura

Empresa de telefonia celular comparece ao Legislativo para discutir melhorias no sistema

A Comissão de Obras Públicas, Transporte e Comunicação da Assembleia Legislativa, juntamente com a Comissão de Defesa do Consumidor, discutiu com representantes da Tim Celular, o panorama da telefonia móvel no Paraná. Membros do Ministério Público do Paraná, representantes da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), do Procon e de entidades ligadas ao setor de telecomunicações também participaram do debate. A empresa afirmou que vem investindo em melhoras do sistema, ao reconhecer também que o cenário ainda não é o ideal.

Para o deputado Marcelo Rangel (PPS), presidente da Comissão de Obras Públicas, Transporte e Comunicação, a discussão foi válida porque permitiu à empresa mostrar o que vem sendo realizado deste a audiência pública promovida pelo Legislativo no ano passado, para apurar o descumprimento de exigências legais envolvendo os serviços de telefonia e para buscar soluções para as reclamações dos clientes. “O objetivo foi saber o que a empresa investiu na melhoria dos serviços. A audiência que esta Casa promoveu em 2011 auxiliou no mapeamento dos problemas e os representantes da empresa confirmaram isso. Importante destacar que a Tim foi a única empresa que se apresentou para discutir o assunto na comissão”.

O deputado Leonaldo Paranhos (PSC), que preside a Comissão de Defesa do Consumidor, também avaliou positivamente a reunião e espera o andamento do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) já firmado para minimizar os prejuízos à população. “Foi uma boa reunião. Agora daremos o devido encaminhamento para este TAC. Lamentamos apenas a vinda de

nº 15. ano VIII. Departamento de Assuntos Legislativos. 13 de abril de 2012

uma só empresa, quando estamos discutindo de maneira mais ampla a situação da telefonia celular”, disse Paranhos.

Também participaram da reunião conjunta os deputados Nereu Moura (PMDB), Ademir Bier (PMDB), Jonas Guimarães (PMDB), Elton Welter (PT), Rose Litro (PSDB), Pedro Lupion (DEM), Adelino Ribeiro (PSL) e Reni Pereira (PSB).

Fonte: ALEP

CREA-PR apresenta a Agenda Parlamentar 2012 aos deputados

O programa Agenda Parlamentar em 2012, que utiliza o conhecimento de profissionais paranaenses das áreas tecnológicas para colaborar com a gestão pública, foi apresentada aos deputados paranaenses pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná (CREA-PR). Na ocasião o engenheiro Joel Krüger, presidente da entidade, falou em Plenário sobre as ações desenvolvidas através dos chamados EBDRs (Estudos Básicos de Desenvolvimento Regional), e fez o lançamento oficial da edição anual da Agenda Parlamentar.

Segundo o presidente Valdir Rossoni (PSDB), para o Legislativo é uma honra contar com a presença de profissionais dispostos a contribuir com o esforço implementado neste momento pela Casa de Leis, que está se modernizando e aperfeiçoando sua atuação. Krüger, ao visitar o Gabinete da Presidência, agradeceu a recepção, enaltecendo a sensibilidade do Parlamento que – segundo ele – está sintonizado com as principais preocupações dos cidadãos paranaenses, aspecto evidenciado através das proposições debatidas pelos deputados.

“Esta Agenda Parlamentar tem contribuindo e muito com a evolução do nosso estado”, declarou o deputado Augustinho Zucchi (PDT), 2º vice-presidente, que presidiu a sessão plenária. Esse também é o entendimento da deputada Luciana Rafagnin (PT), líder da bancada do PT, que enfatizou a importância desse trabalho para o desenvolvimento do Paraná, destacando os dados levantados pelos estudos do CREA-PR sobre a malha viária.

De acordo com o presidente do CREA, através dos EBDRs foi constatado que entre as grandes questões que exigem soluções dos setores públicos estão a melhoria da mobilidade urbana, da logística, da destinação e tratamento do lixo, do saneamento básico, bem como da inspeção e manutenção predial. Este último item, inclusive, deve gerar a apresentação de uma proposta de projeto de lei estabelecendo critérios e normas para a fiscalização das edificações. “Hoje há uma ausência de legislação neste setor”, alertou Krüger.

Planejamento: Pela manhã equipes de profissionais do CREA-PR visitaram os gabinetes da Assembleia Legislativa para expor aos deputados o programa Agenda Parlamentar em 2012. Desenvolvido pelo Conselho em parceria com entidades de classe, o programa vem sendo aprimorado ano após ano. No começo, priorizava o debate de projetos de lei, em seguida tratou das carências dos municípios e elaboração de propostas pelas entidades de classe. Já

nº 15. ano VIII. Departamento de Assuntos Legislativos. 13 de abril de 2012

em 2011 adquiriu um formato de abrangência nacional, englobando todos os municípios do estado.

Os técnicos explicaram que os EBDRs são diagnósticos práticos que trazem informações sobre como e onde podem obter recursos e com qual finalidade. A proposta do CREA para 2012 é ampla e visa à implantação dos EBDRs e da formulação dos EBDMs (Estudos Básicos de Desenvolvimento Municipal), com visão mais complexa e direcionada ao desenvolvimento do estado como um todo.

“Elencamos 36 municípios e elaboraremos diagnósticos de todos. Um trabalho que prevê o envolvimento de cerca de dois mil profissionais, 85 entidades de classe e diversos parceiros. Estas propostas começam a ser entregues aos gestores públicos municipais, lideranças partidárias, candidatos a prefeito e vereador, e demais lideranças municipais”, informou Krüger. “Neste ano eleitoral, aproveitaremos para entregar aos novos representantes da sociedade propostas com foco no desenvolvimento das cidades, para serem incluídas nos planos de governo dos partidos políticos e futuramente incorporadas aos PPAs (Planos Plurianuais) municipais”, acrescentou.

Fonte: ALEP

Energia

FIEP promove encontro para discutir o futuro da energia no Estado

A FIEP, por meio dos Observatórios SESI, SENAI e IEL, reuniu um grupo de empresários, pesquisadores e representantes do governo ligados à questão da energia, para discutir os caminhos e demandas das fontes energéticas alternativas. O encontro faz parte do programa Rotas Estratégicas para o Futuro da Indústria, que começou em 2005 a identificar os setores mais promissores para a indústria do Paraná.

Os participantes ouviram cases de Biogás (Itaipu), Biocombustíveis (Tecpar) e Energias Renováveis (Copel), além de discutir as prioridades para serem tratadas em 2012. Um dos pontos destacado nos debates foi a questão do biocombustível, focando, principalmente, o potencial do Paraná para a produção de biodiesel e etanol. “O Brasil apresenta progressos, mas, apesar de os combustíveis terem vantagens ambientais, ainda são produtos pouco competitivos para a indústria”, disse Bill Costa, do Centro de Energias Renováveis do Tecpar. O encontro foi aberto pelo superintendente corporativo do Sistema Fiep, Ovaldir Nardin, que, em nome do presidente Edson Campagnolo, reforçou a importância do tema para a Federação das Indústrias. “A área de energias alternativas tem recebido total atenção da Fiep que entende o tema como fundamental para o desenvolvimento do Estado”.

Segundo a gerente dos Observatórios, Marília de Souza, desde o início das pesquisas com o empresariado, a partir de 2005, o tema foi recorrente e demonstrou ser de suma importância para o desenvolvimento industrial do Estado. “Com base nestes estudos, a

nº 15. ano VIII. Departamento de Assuntos Legislativos. 13 de abril de 2012

equipe de especialistas dos Observatórios elaborou um mapa com o caminho para se chegar ao futuro energético sustentável”, disse ela.

Negócios: Essa é a segunda vez que o grupo do setor de energia se reúne. Além dos encontros, os Observatórios promoveram, em 2011, uma rodada de negócios, colocando frente a frente 32 empresários e 70 pesquisadores. Dessa rodada, 36 parcerias foram realizadas e 75 novos negócios estão em andamento. “É um grande avanço para transformar a pesquisa acadêmica em negócios inovadores”, destaca Marília.

Outros setores como Metalmeccânica, Biotecnologia Alimentar e Indústria Agroalimentar também têm estudos já avançados.

Saiba mais em www.fiepr.org.br/observatorios

Fonte: FIEP

Projeto de Plauto que autoriza hidrelétrica em Palmeira é aprovado

A Assembleia Legislativa aprovou o projeto de lei 343/2011, de autoria do deputado Plauto Miró (DEM), 1º secretário do Legislativo, que autoriza a construção da Central Geradora Hidrelétrica (CGH) no Rio do Salto, localizado no município de Palmeira. Antes da votação, Plauto Miró explicou os objetivos da construção da central geradora e detalhou os benefícios que ela trará para toda a população.

O projeto foi aprovado em Plenário por unanimidade, recebendo 43 votos favoráveis. Anteriormente a matéria já havia sido aprovada na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), que analisa a constitucionalidade e a legalidade das propostas que tramitam na Casa. Ainda no relatório da CCJ, observa-se que já se encontram devidamente deferidos os laudos do CONAMA, seguindo-se ainda o termo de referência do IAP, que compõem o Relatório Ambiental Simplificado.

Para Plauto Miró, é de grande importância que os parlamentares observem as necessidades das regiões que atendem para que possam propor soluções que tragam melhorias à qualidade de vida das pessoas. “A autorização para instalação de uma hidrelétrica é uma prerrogativa da Assembleia Legislativa, observados todos os laudos de impacto ambiental. Então, mais do que nunca, é nossa função oferecer oportunidades de melhoria de vida a todo o Paraná”, disse o parlamentar.

Fonte: ALEP

Meio Ambiente

Gestão de Resíduos Sólidos

Governo dará apoio a municípios para manejo de resíduos sólidos

A Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos prepara 18 oficinas para discutir com os municípios o manejo do lixo. O primeiro passo foi uma reunião realizada para a elaboração do Plano Estadual de Regionalização da Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, que orientou chefes das regionais da Secretaria, do Instituto de Terras, Cartografia e Geografia do Estado do Paraná (ITCG), do Instituto Ambiental do Paraná (IAP), do Instituto de Águas do Paraná (AguasParaná) e representantes das 18 associações de municípios.

Segundo o engenheiro Mário Saffer, a responsabilidade sobre o destino dos resíduos sólidos é compartilhada: “Às empresas compete o recolhimento dos produtos após o uso. À sociedade cabe participar dos programas de coleta seletiva e reduzir o consumo, gerando menos lixo. E o poder público deve apresentar planos para redução da geração de resíduos, reutilização dos materiais, reciclagem e disposição final”.

Empresas: O coordenador de Resíduos Sólidos da Secretaria, Eduardo Gobbi, afirmou que as discussões relativas ao manejo correto dos resíduos sólidos serão levadas aos municípios. “Estamos organizando 18 oficinas e seminários regionais para que o governo ofereça suporte técnico aos municípios”.

A Política Nacional de Resíduos Sólidos atribui maior responsabilidade aos geradores de resíduos, ao poder público e também aos consumidores. Além da coleta seletiva, outro aspecto importante é a logística reversa, termo que define a responsabilidade do fabricante pela destinação final de embalagens e resíduos após o uso. “Ela é um instrumento de desenvolvimento econômico e social, pois abrange desde a coleta até a devolução dos resíduos sólidos ao setor empresarial e permite um reaproveitamento no ciclo de produção de materiais”, explica Gobbi.

Fonte: Agência Estadual de Notícias

Material reciclado que une pessoas

Eliminar a figura do atravessador, fortalecer a categoria dos catadores de materiais recicláveis, aumentar o lucro de suas famílias e erradicar o trabalho infantil. Com objetivos bem claros, as redes de cooperativas e de associações surgem da necessidade de aperfeiçoamento do trabalho diário de buscar nas ruas da cidade o lixo que pode ser reciclado e sustentar famílias. Ainda iniciante no assunto, o Paraná conta hoje com uma dessas redes em implantação em Foz do Iguaçu, outra em Londrina e uma em construção em Pinhais, na Região Metropolitana de Curitiba (RMC). Além dessas, organizações do Litoral

nº 15. ano VIII. Departamento de Assuntos Legislativos. 13 de abril de 2012

e da própria RMC compõem a primeira rede de empreendimentos de catadores voltada para a logística reversa, a Rede Carta Paraná.

A procuradora do trabalho e coordenadora do Fórum Estadual Lixo e Cidadania, Margaret Matos de Carvalho, defende a criação de redes de cooperativas como essas. “São de extrema importância, considerando a fragilidade dessas organizações”, afirma. Segundo ela, o estado só não tem um número maior de redes devido à falta de organização da categoria. Segundo os registros da Procuradoria Regional do Trabalho, cerca de cem cooperativas e associações estão localizadas no Paraná: 60 só na RMC. Criadas a partir de 2001 por uma necessidade do mercado de materiais recicláveis, as cooperativas garantem um lucro de 20% a 30% maior do que ganhariam os catadores se não fossem cooperados. Com a implantação de uma rede de cooperativas, esse valor pode subir para 40% ou mais.

Custos: Coordenador da Rede Carta Paraná, Carlos Alencastro Cavalcanti conta que a venda direta à indústria (feita pelas redes) elimina custos do processo, o que um catador sozinho não tem condições de conseguir. “Essa faixa de lucro que ficava pelo caminho fará parte da renda do catador”, assegura Cavalcanti.

A Carta Paraná é formada por 30 cooperativas e associações e envolve cerca de 3 mil famílias. Cada uma recebe de acordo com o volume de material reciclável coletado. Em uma dessas cooperativas, a Catamare, são 50 famílias de diversas regiões de Curitiba que chegam a ganhar R\$ 700 por mês, além do pagamento do INSS, uma garantia que o catador que não é cooperado não dispõe.

É o caso de Lia Oliveira, de 39 anos, que trabalha com material reciclável desde os 10 anos. “Minha roupa, meu brinquedo, tudo era do lixo” lembra a catadora, que sustenta uma casa com seis pessoas com o que ela e a filha de 22 anos ganham na cooperativa. Cooperada há cinco anos, Lia fala que o que lucrava com a venda para depósitos particulares não dava para pagar suas contas. “Se aqui dá R\$ 40 lá [no depósito] dava só R\$ 15.”

Lucros e experiências precisam ser compartilhados: Está em processo de formação na região de Curitiba a Coopersol, cooperativa solidária de reciclagem que conta com instituições de Almirante Tamandaré, Piraquara e dos bairros da capital paranaense Fazendinha e Bairro Novo. São cinco associações que constituem uma rede. Segundo a educadora popular do Projeto Mutirão e do Cefuria Magda Mascarello, a rede de cooperativas deve trabalhar com dois objetivos: a comercialização dos materiais sem um atravessador; e a socialização, que permitirá um maior conhecimento de leis, projetos e ações do Ministério Público voltadas a esses trabalhadores. “A discussão já acontece na Coopersol. Percebemos um processo de solidariedade entre os grupos por não terem acesso à moradia e creche”, conta.

Fonte: Gazeta do Povo

nº 15. ano VIII. Departamento de Assuntos Legislativos. 13 de abril de 2012

Sindibebidas inaugura a Central de Materiais Recicláveis em Pinhais

O sindicato das Indústrias de Bebidas do Estado do Paraná (Sindibebidas-PR) inaugurou a Central de Valorização de Materiais Recicláveis (CVMR), estrutura que irá receber, reciclar e vender embalagens de resíduos sólidos, como garrafas pet, papel, papelão, latas, vidros, entre outros. O CVMR, que recebeu investimento de R\$ 1,3 milhão, faz parte de um projeto socioambiental, que envolve 50 empresas e 23 associações de catadores de material reciclável. A Federação das Indústrias do Paraná é parceira do projeto, por meio do SESI-PR e do SENAI-PR.

De acordo com o superintendente do SESI-PR, José Antonio Fares, a contribuição do Sistema FIEP será em forma de educação e capacitação dos catadores. “Vamos identificar e incluir os catadores no programa Caminhos da Profissão, que é desenvolvido em parceria pelo SESI e o SENAI”, explicou Fares.

O programa oferece capacitação profissional, ministrada pelo SENAI, e formação cidadã, ofertada pelo SESI. Ao todo, serão 160 horas de treinamento que incluem lições de cidadania, saúde e segurança no trabalho, responsabilidade socioambiental, além da capacitação técnica para operação e utilização dos equipamentos da CVMR.

A Central esta instalada no município de Pinhais (RMC) e irá beneficiar três mil famílias além de gerar cerca de 170 empregos diretos. Os catadores irão recolher os materiais e entregar nas associações, que farão uma primeira triagem e, em seguida, levarão até a CVMR que fará reciclagem e a venda das embalagens. O lucro vai para as famílias dos catadores, por meio das respectivas associações.

Na avaliação do presidente do Sindibebidas-PR, Nilo Cine Junior, a iniciativa tem não apenas um viés social. “Os catadores não precisam de inclusão social. Eles já estão inclusos. Eles precisam de oportunidades como esta que trará renda aos trabalhadores e benefícios para empresas e toda a sociedade”, destaca.

Para o catador e presidente do Instituto Lixo e Cidadania, Valdomiro Ferreira da Luz, a Central é a realização de um sonho para os profissionais envolvidos na coleta seletiva. “Desde que nos organizamos por meio de cooperativas, em 2005, rompemos a barreira do preconceito e aumentamos em até 50% nossa receita com a coleta. Agora, com a Central, teremos a possibilidade de profissionalizar ainda mais a atividade e fazer com que nossos produtos cheguem até a indústria sem os atravessadores. É um sonho que se realiza”.

A CVMR também conta com o apoio da Secretaria Estadual de Meio Ambiente e da Federação das Indústrias do Paraná (FIEP). A Central tem a aprovação do Ministério Público do Meio Ambiente e do Ministério Público do Trabalho, e a iniciativa está em consonância com a legislação do Plano Nacional de Resíduos Sólidos.

Fonte: FIEP

Questões Institucionais

Governador sanciona lei que amplia a Região Metropolitana de Londrina

O governador Beto Richa sancionou a lei que inclui os municípios de Sabáudia, Jaguapitã e Pitangueiras na Região Metropolitana de Londrina (RML). A assinatura aconteceu durante a abertura da 52ª Exposição Agropecuária e Industrial de Londrina (Expo-Londrina 2012), uma das maiores feiras agropecuárias da América Latina, que é realizada no Parque de Exposições Ney Braga.

Com a medida, a RML passa a ser composta por 14 municípios. Já integravam a região as cidades de Londrina, Cambé, Rolândia, Ibiporã, Sertãozinho, Bela Vista do Paraíso, Jataizinho, Tamarana, Primeiro de Maio, Assaí e Alvorada do Sul. “A inclusão dos novos municípios fortalece toda a região”, afirmou o governador.

Richa também destacou que o governo estadual está sintonizado com os interesses dos agricultores, e que no primeiro ano de gestão diversas medidas foram anunciadas para fortalecer o agronegócio. Ele citou como exemplo a criação da Agência de Defesa Agropecuária do Paraná (Adapar), o lançamento do programa Pró-Rural, a ampliação do Trator Solidário, novos recursos para a compra direta de produtos da agricultura familiar e a retomada do programa de calcário.

“O agronegócio é a base da nossa economia e é dever do Estado oferecer condições para o seu crescimento”, disse ele. “No ano passado tivemos uma estiagem que prejudicou milhares de agricultores paranaenses. O governo foi rápido para prestar auxílio, principalmente aos pequenos produtores”, afirmou.

Feira: Segundo o governador, a realização de feiras como Expo-Londrina demonstram a importância da agricultura para o Estado. “São eventos importantes que mostram o que de melhor o Paraná pode oferecer. Faço questão de participar das feiras por entender que elas contribuem para o desenvolvimento social e econômico dos municípios”, disse o governador.

Richa reforçou que não vai faltar apoio do Estado aos produtores. Segundo ele, desde os primeiros dias de governo vários serviços estão sendo reestruturados para assegurar melhor qualidade nos serviços técnicos prestados aos produtores. “É o caso do Iapar e da Emater, que estão recebendo equipamentos, veículos e profissionais”.

Durante a abertura da feira, o ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Mendes Ribeiro Filho, enfatizou a importância do Paraná no agronegócio. “O Estado é um expoente da agricultura e da pecuária. Gosto de falar para quem realmente produz e acredito que estou no lugar certo”, disse.

Para o secretário estadual da Agricultura e Abastecimento, Norberto Ortigara, o governo tem atuado em todas as exposições agropecuárias do Estado porque elas representam a força do produtor rural. “As feiras oportunizam o contato com o produtor, com o criador e

nº 15. ano VIII. Departamento de Assuntos Legislativos. 13 de abril de 2012

também é uma oportunidade de conhecer as inovações que irão beneficiar o homem do campo”, disse o secretário.

O presidente da Sociedade Rural do Paraná (SRP), entidade promotora da exposição, Gustavo de Andrade e Lopes, ressaltou o pioneirismo da ExpoLondrina e sua importância para o agronegócio brasileiro. “Este é um evento que começou no tempo da colonização do Norte e hoje é a demonstração da capacidade dos produtores rurais”, afirmou.

A programação da 52ª Exposição Agropecuária e Industrial de Londrina inclui, além de leilões, uma agenda técnica com cursos, palestras, seminários e oficinas nos auditórios do Parque de Exposições. Produtores rurais de todo o estado visitam a mostra e estudantes de escolas e instituições regionais também participam do evento com visitas agendadas.

O prefeito de Londrina Barbosa Neto, disse que a feira é uma vitrine de produtores e criadores do estado e do país. Ele agradeceu os investimentos do governo estadual em Londrina. Acompanharam o governador os deputados federais André Zacharow, Alex Canziani e Odílio Balbinotti e os deputados estaduais Pedro Lupion, Roberto Aciolli, Hermas Brandão, Alexandre Curi e Luiz Eduardo Cheida.

Fonte: Agência Estadual de Notícias

Tributos

Impostos

Valores destinados a fundos da infância podem ser deduzidos do IR ainda este ano

O Conselho Paranaense de Cidadania Empresarial, entidade ligada ao Sistema FIEP, reforça a divulgação de uma novidade introduzida pela Receita Federal para este ano e que deve estimular doações para fundos de crianças e adolescentes. O contribuinte que fizer doações para esses fundos entre janeiro e abril deste ano poderá incluir a ação na declaração do Imposto de Renda referente a 2011.

Antes, a pessoa tinha de fazer a destinação ao longo do ano. Agora, pela lei nº 12.594/2012, a destinação pode ser feita durante o mesmo ano até o limite máximo da data de entrega do ajuste do Imposto de Renda, cujo prazo é 30 de abril.

Pessoas físicas podem destinar até 6%, mas para as doações que serão feitas até abril o limite é de 3%. Para Leandro Marins de Souza, advogado e presidente da comissão de Terceiro Setor da OAB Paraná, a nova regra supre uma reivindicação antiga da classe contábil e ainda estimula as doações. “Apesar do limite para após a declaração ser menor, as regras devem estimular as doações. Isso porque muitos contribuintes não conseguiam estimar o quanto teriam de imposto a pagar e acabavam desistindo de doar ao FIA”, explicou.

nº 15. ano VIII. Departamento de Assuntos Legislativos. 13 de abril de 2012

Ele diz ainda que diferente das deduções de despesas com educação, que são aplicadas sobre a base de cálculo do IR, os gastos com doações reduzem diretamente o valor que o contribuinte tem que pagar para a Receita Federal.

Histórico: O Conselho Paranaense de Cidadania Empresarial (CPCE), entidade ligada à Federação das Indústrias do Estado do Paraná (Fiep), desde 2007, apoia campanhas de esclarecimento sobre a importância da destinação dos impostos para o Fundo da Criança e do Adolescente (FIA) ou para projetos aprovados pelos Conselhos de Direitos Municipais.

E em parceria com os órgãos relacionados aos contadores e organizações do Terceiro Setor, promove espaços para discussão sobre Incentivos Fiscais.

Hoje, além de Curitiba, os articuladores das regionais de Maringá, Londrina, Campos Gerais e Cascavel também sensibilizam pessoas físicas e jurídicas para a prática da doação.

Destinar o Imposto de Renda para projetos aprovados nos Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente do Estado e do seu Município é uma forma de escolher como e onde seu dinheiro será aplicado.

Consulte os Conselhos Municipais da sua cidade:

COMTIBA – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Curitiba

CMDCA – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Maringá

CMDCA – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Cascavel

CMDCAPG – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Ponta Grossa

Fonte: FIEP

Relações de Trabalho

Conselho propõe reajuste de 10,3% para o salário mínimo regional

O salário mínimo regional do Paraná deverá um reajuste de 10,32%, conforme proposta aprovada pelo Conselho Estadual do Trabalho. O índice representa um aumento real de 5,1%, acrescido de 4,97% do Índice Nacional de Preço ao Consumidor (INPC). A proposta, aprovada por maioria em reunião do conselho, foi encaminhada ao governador Beto Richa para análise e envio à Assembleia Legislativa. Se aprovado, o novo mínimo entrará em vigor no dia 1º de maio. O valor do mínimo regional ficará entre R\$ 783,20 e R\$ 904,20.

A política de reajuste do mínimo regional do Paraná está fundamentada em duas diretrizes: recomposição do poder de compra do piso regional de salário mínimo (defasado pela inflação) e aumento real com base no crescimento da economia paranaense. A proposta aprovada pelo Conselho Estadual do Trabalho prevê que uma parcela, também de 5,1%, do aumento real proposto para este ano será aplicada ao salário mínimo regional em 2013, acrescida do índice de inflação acumulada nos próximos 12 meses.

nº 15. ano VIII. Departamento de Assuntos Legislativos. 13 de abril de 2012

“A valorização do salário mínimo aumenta o poder aquisitivo dos trabalhadores, gerando um ciclo virtuoso na economia. O trabalhador com mais renda consome mais. O empregador, para atender essa demanda, aumenta a produção, expande seus negócios e gera mais empregos. Isso é política de valorização, em que trabalhadores, empregadores e governo ganham”, disse o secretário do Trabalho, Emprego e Economia Solidária, Luiz Claudio Romanelli.

“Os efeitos da elevação do salário mínimo na ativação da economia, na redução da pobreza e na distribuição de renda também podem ser bastante positivos, no sentido de garantir a justiça social”, acrescenta o secretário.

Faixas salariais: São quatro faixas utilizadas para definir o piso de cada grupo ocupacional. Se aprovado, o novo salário mínimo será aplicado da seguinte forma:

Grupo I – Formado por trabalhadores empregados nas atividades agropecuárias, florestais e da pesca: R\$ 783,20.

Grupo II – Trabalhadores de serviços administrativos, domésticos e gerais, vendedores e trabalhadores de reparação e manutenção: R\$ 811,80.

Grupo III – Trabalhadores na produção de bens e serviços industriais: R\$ 842,60.

Grupo IV - Composto por técnicos de nível médio: R\$ 904,20.

Participaram da reunião do conselho representantes da Central Única dos Trabalhadores, Central Geral dos Trabalhadores do Brasil, Nova Central Sindical dos Trabalhadores, União Geral dos Trabalhadores, Força Sindical, Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Economia Solidária, Secretaria Estadual da Saúde, Superintendência Regional do Trabalho e Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos, entre outras.

Fonte: Agência Estadual de Notícias